

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PPGP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

DILMA LOPES SENNA

**O RESGATE DA PROFISSIONALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO
ESTADUAL WALTER ORLANDINI**

JUIZ DE FORA

2013

DILMA LOPES SENNA

**O RESGATE DA PROFISSIONALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO
ESTADUAL WALTER ORLANDINI**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius David

JUIZ DE FORA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

DILMA LOPES SENNA

O RESGATE DA PROFISSIONALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO ESTADUAL WALTER ORLANDINI

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAED/ FAGED/ UFJF, aprovada em __/__/__.

Prof. Dr. Marcus Vinícius David - Orientador

Prof. Dr. Marcos Tanure Sanábio

Profa. Dra. Mariângela Tostes Innocêncio

Juiz de Fora, 29 de outubro de 2013.

Dedico este trabalho à minha amada mãe Nilza, exemplo de integridade, força e perseverança a qual o destino me tirou antes do término desta conquista.

AGRADECIMENTOS

Às minhas filhas Mariana e Laís que me apoiaram, compreenderam e incentivaram nos momentos de desânimo.

À Fabiana dos Santos Domingues e Maria dos Anjos Leite Pimentel, pelo suporte nas minhas ausências, sem o qual não seria possível a conclusão deste Mestrado.

Aos colegas de mestrado: Alessandro, Claudia, Claudio, Andrea, Lucilia, Germana, Ana Geovanda, Luiz Fernando, Maria Elisabete, Giselle, Ana Beatriz que dividiram comigo tantos momentos especiais, discutindo ideias, organizando trabalhos, dividindo suas experiências ou aproveitando as delícias de Juiz de Fora.

Ao Luciano pela ajuda com a tabulação dos dados. Artur e Ana Paula pela valiosa contribuição nos momentos finais e na revisão do texto.

Ao professor Orientador Marcus Vinícius David e à equipe de apoio Carolina Magaldi e em especial à Carla Machado pelas contribuições, incentivo e por não me abandonar na conclusão do trabalho, quando o tempo se fazia escasso.

O resultado mais valioso da educação talvez seja a obrigação de fazermos o que deve ser feito, quando deve ser feito.

H. Huxley

RESUMO

Esse estudo investiga o contexto escolar de uma unidade educacional em São Gonçalo, RJ que, na última década, foi palco de várias intervenções em sua oferta curricular. Essas mudanças acarretaram a perda da identidade institucional e também a credibilidade na missão educacional da escola. Verificou-se que essa escola, através de uma equipe gestora atuante e integrada, recuperou a imagem da instituição e, ao mesmo tempo, desenvolveu uma reorganização curricular. Nesse aspecto, a instituição escolar passou a assegurar a comunicação entre as áreas do conhecimento, através de dinâmicas interativas e feiras multidisciplinares. Criada para ser um Centro de Educação Profissionalizante, atualmente busca resgatar o Ensino Médio Integrado ao Trabalho, oportunizando aos alunos as competências para a vida produtiva e continuidade dos estudos. Do ponto de vista metodológico, realizou-se uma pesquisa que se constituiu de entrevistas com os gestores, além da aplicação de questionário a 180 alunos do 3º ano do Ensino Médio e 12 professores. À luz do referencial teórico de Heloísa Lück (2009) foi possível aferir a eficácia da gestão escolar nas dimensões administrativas, organizacionais e pedagógicas e, a partir dos estudos de Saviani (1997 e 2008), Moura (2006), Frigotto e Simões (2007), considerando o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Decreto nº 6094/2007, traçar um Plano de Ação que contemple a reorganização da oferta curricular da unidade a fim de possibilitar que a escola supere a dualidade e a exclusão dos jovens do mundo produtivo. Propõe-se, dessa forma, para a escola analisada um Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissionalizante.

Palavras-chave: Ensino Médio, Ensino Profissionalizante, Identidade Institucional.

ABSTRACT

This study investigates the school context of an educational unit in São Gonçalo, RJ which, in the last decade, has staged several interventions in its curricular offerings. These changes resulted in the loss of institutional identity and also the credibility of the educational mission of the school. Through an active and integrated management team, this school recovered the image of the institution and, at the same time, developed a curriculum reorganization. In this aspect, the educational institution passed to ensure the communication between areas of knowledge through interactive dynamics and multidisciplinary fairs. Created to be a center of Vocational Education, nowadays seeks to rescue the Secondary School Integrated to Work, providing for students the skills to a productive life and continuing studies. From the methodological point of view, a research was made which consisted of interviews with managers and a questionnaire administered to 180 students of the 3rd year of high school and 12 teachers. According to the theoretical framework of Heloise Lück (2009) it was possible to assess the effectiveness of school management in administrative, organizational and pedagogical dimensions, that contemplates the reorganization of curricular offerings of the unit, and based on the studies of Saviani (1997 and 2008), Moura (2006), Frigotto and Simões (2007), considering the Development Plan for Education and Decree 6094/2007, chart a plan of action enabling the school overcome the duality and exclusion of young people from the world of production. Therefore, it is proposed to the analyzed school a Secondary School integrated with a Vocational Education.

Key Words: secondary school, vocational education, Corporate Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planejamento Estratégico SEEDUC/RJ.....	88
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Unidades Escolares do Programa Dupla Escola.....	31
Quadro 2: Número de Alunos Matriculados no Município de São Gonçalo.....	39
Quadro 3: Organização física da escola	41
Quadro 4: Síntese da Proposta de Ação para a SEEDUC/RJ.....	92
Quadro 5: Síntese da Proposta de Ação para a Gestão Escolar.	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono - CEWO	42
Gráfico 2: Taxas de Aprovação, Reprovação e abandono Estado x Município x Escola - 2011	43
Gráfico 3: Distorção idade/série CEWO de 2007 a 2010	44
Gráfico 4: Distorção idade/série CEWO x Município x Estado	45
Gráfico 5: Média alcançada no ENEM pelo CEWO.....	46
Gráfico 6: O currículo x Mercado de Trabalho x Universidade	70
Gráfico 7: Cursos que os alunos frequentam	73
Gráfico 8: Alunos que exercem Atividades Remuneradas	75
Gráfico 9: Fizeram ou fazem curso extracurricular	75
Gráfico 10: Projeto para o próximo ano.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Convênios Programa Brasil Profissionalizado	59
Tabela 2: Perfil dos Alunos Entrevistados.....	67
Tabela 3: Grau de Satisfação dos Alunos com a Escola.....	69
Tabela 4: O Currículo x Mercado de Trabalho x Universidade.....	71
Tabela 5: Cursos de Enriquecimento Pessoal.....	74
Tabela 6: Avaliação do Currículo na visão do Professor	78
Tabela 7: Avaliação do CEWO nas dimensões Pedagógicas e Administrativas pelo Professor.	79
Tabela 8: Participação dos Professores nas Reuniões Pedagógicas	80
Tabela 9: Avaliação do Professor das Reuniões Pedagógicas.....	80
Tabela 10: A Oferta do Ensino Profissionalizante na Rede Estadual.....	81
Tabela 11: Porque não Concordam com os PCNs.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS

BIRD.....	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM.....	Banco Mundial
CCPL	Cooperativa Central de Produtores de Leite
CETEP.....	Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante
CEWO.....	Colégio Estadual Walter Orlandini
COMPERJ.....	Complexo Petroquímico de Estado do Rio de Janeiro
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
ETPP.....	Escola Técnica Público Privada
FAETEC.....	Fundação de Apoio a Escola Técnica
FFP.....	Faculdade de Formação de Professores
FUNDEB.....	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEB.....	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFT.....	Instituto Federal de Educação Tecnológica
INEP.....	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB.....	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC.....	Ministério de Educação e Cultura
NATA	Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos
PDE.....	Plano de Desenvolvimento da Educação
PREMEN.....	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PROEP	Programa de Expansão da Educação Nacional
PROMIMP.....	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás
PRONATEC.....	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEAPA.....	Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária
SECTEC.....	Secretaria de Estado de Ciência de Tecnologia
SEEDUC.....	Secretaria de Estado de Educação
UERJ.....	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEZO.....	Centro Universitário da Zona Oeste
USAID.....	United States Agency for International Developmen

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	155
1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: O PROCESSO DE DESCONTINUIDADE NUMA ESCOLA DO RIO DE JANEIRO	19
1.1 A Reforma do Ensino Básico nos anos 1990	23
1.2 A Política Educacional do Rio de Janeiro - realidade e oferta	27
1.2.1 Escolas Técnicas Conceitual em Parceria Público-Privada (PPP).....	29
1.2.2 Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC.....	32
1.2.3- Programas Federais em ação no Estado do Rio de Janeiro - PROMIMP e PRONATEC.....	34
1.3 Colégio Estadual Walter Orlandini - Contexto Histórico	35
1.3.1 O Contexto Social – O município de São Gonçalo	37
1.3.2 O Colégio e o Contexto nos dias atuais.....	40
1.3.2.1- Estrutura Física.....	40
1.3.2.2 Os Indicadores de Desempenho – SAEB e ENEM.....	41
1.3.2.3 Os Indicadores de Desempenho do Colégio Estadual Walter Orlandini.....	42
2 ENSINO MÉDIO INTEGRADO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PERSPECTIVA DE RESGATE DA IDENTIDADE ESCOLAR À PARTIR DO DEC. 5.154/2004	50
2.1 Percursos Metodológicos Investigativos	51
2.2 Apontamentos Importantes sobre a Educação Profissionalizante no Brasil	53
2.3 Análise do Colégio Estadual Walter Orlandini	60
2.3.1 A Gestão Administrativa	60
2.3.2 A Gestão Pedagógica	63

2.3.3. Como a Comunidade Escolar percebe a escola - A perspectiva do aluno com relação ao mercado de trabalho e a sua visão sobre o CEWO.....	66
2.3.4 Como o aluno avalia o CEWO.....	69
2.3.5 O professor do CEWO – como ele avalia a unidade de ensino e como se percebe na função de preparar o aluno para este nível de ensino.	77
2.3.6. Considerações sobre a investigação.....	82
3- A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO PROFISSIONALIZANTE NO COLÉGIO ESTADUAL WALTER ORLANDINI.....	84
3.1 Objetivos e Apresentação do Caso.....	85
3.2. Plano de Ação.....	87
3.2.1 A Gestão da Rede.....	87
3.2.1.1 Linhas de Ação.....	89
3.2.2 Gestão da Regional Metropolitana II.....	92
3.2.3 Gestão Escolar.....	93
3.2.3.1 Traçando Novos Caminhos para a prática docente.....	94
3.3 Considerações Finais.....	97
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICES	103
QUESTIONÁRIO ALUNO	103
QUESTIONÁRIO PROFESSOR	107

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a organização curricular para o Ensino Médio tem sido tema de debate e estudos que convergem para o grande desafio de atender ao interesse dos jovens, à demanda do mercado de trabalho e às tensões entre formação geral e ensino profissionalizante¹.

Nessa correlação de forças, entre educadores e intencionalidades políticas, a Educação Básica de Nível Médio vem sofrendo processos de rupturas e descontinuidades, de acordo com os ciclos econômicos do país. Cabe considerar que esses ciclos têm regulado a formação das camadas populares, principalmente através da educação profissional, haja vista a quantia de oferta de postos de trabalho emergentes na vigência dos mesmos.

Para tanto, considerando as informações apontadas anteriormente, buscaremos, neste estudo, retratar a experiência de uma escola que sofreu várias intervenções em sua proposta curricular por marcos regulatórios verticais, já que ela foi um Centro Integrado de Educação Profissionalizante, Escola Experimental e de Educação Básica.

Construída no final dos anos 1970 para ser um Centro Integrado de Formação Profissional, a escola contou com uma total estruturação física e técnica que, em certa medida, persiste até os dias atuais. Esse aparato focava-se em uma formação que conjugava preceitos teórico-práticos para garantir o ingresso dos alunos ao mercado de trabalho. Esse modelo de escola, a partir de 1982, já não se alinhava mais aos objetivos das políticas educacionais vigentes, principalmente por causa da nova legislação que sofrera reformulações. O redesenho da oferta de cursos não mais caracterizava, do ponto de vista institucional, a proposta de formação inicial da unidade. Mesmo tendo sido mantidos os laboratórios e estrutura física básica para esse fim, as proposições pedagógicas caminharam em outro sentido, em

¹ Os protótipos curriculares para o Ensino Médio e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional são uma matriz referencial produzida pela UNESCO. Mais informações ver: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/singleview/news/prototipos_curriculares_de_ensino_medio_e_ensino_medio_integrado_resumo_executivo/#.UkxYxtK-qwk. Acesso em 17 de outubro de 2013.

descompasso com a necessidade e demanda social. Houve, nessa unidade escolar em especial, uma ação de descontinuidade.

Descaracterizada em sua identidade institucional, a escola sofreu os efeitos perversos de políticas uniformizadoras que desconsideraram as necessidades e especificidades da comunidade atendida pela instituição. Por outro lado, em razão de sua infraestrutura física, o colégio foi palco de programas experimentais que não se estabeleceram enquanto política pública. Inseriram-se gestores com diferentes perfis e o encaminhamento da ação pedagógica perdeu credibilidade, gerando, ainda, o afastamento dos alunos. Nos últimos anos, aconteceu uma reversão quanto às práticas pedagógicas implementadas ali; a) a escola reorganizou-se e vem recuperando sua qualidade educacional; b) suas vagas voltaram a ser disputadas e, conseqüentemente, houve uma melhor seleção do público estudantil; c) ela vem apresentando resultados crescentes em seus indicadores educacionais e tem buscado retomar a função que outrora exerceu.

Dessa forma, esse trabalho desenvolve um estudo de caso referente à gestão do Colégio Walter Orlandini situada no Município de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Notamos que a instituição tem procurado resgatar a função da escola enquanto espaço de construção de conhecimento, ao promover o protagonismo dos jovens, apoiada nos pressupostos de que a missão da escola é prepará-los para o pleno exercício da cidadania e torná-los aptos ao trabalho produtivo.

Vale considerar que o resgate da imagem da Instituição Escolar deu-se a partir da mudança da equipe gestora, logo, justifica-se a importância de realizar um estudo e pesquisa envolvendo essa equipe e que ações foram implementadas, que, possibilitaram um reconhecimento positivo pela comunidade, percebido pelo aumento do número de matrículas e a avaliação positiva dos alunos em relação ao Colégio. Dessa forma, o objetivo deste estudo é, a partir da investigação e compreensão histórica das políticas educacionais, buscar investigar no contexto atual do CEWO as dimensões estruturais, a gestão escolar, o perfil de sua clientela e seus anseios, considerando as possibilidades do resgate da função que outrora exerceu, proporcionando a estes jovens um Ensino Médio Integrado a Formação Profissionalizante amparado nos preceitos da politecnia, que possa instrumentalizá-los para sua inserção ao mercado de trabalho. Portanto esse objetivo se desdobra na compreensão dos saberes historicamente construídos através do seu fazer

pedagógico, assim como a análise dos indicadores da qualidade do ensino ofertado na instituição que lhe credencie a reorganizar sua oferta curricular com foco em uma formação integrada que seja capaz de acompanhar o novo ciclo de desenvolvimento econômico.

A hipótese inicial é de que as ações implementadas pela nova gestão são as responsáveis pelo bom desempenho apresentado pela escola. A liderança e o clima organizacional foram fatores preponderantes para os resultados e, Sendo assim, ela poderá ser credenciada a ofertar o Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante. Com isso, essa escola estaria reativando o seu potencial e estrutura, haja vista que o papel primordial de uma unidade de ensino é integrar o cidadão à sociedade nas vertentes social e econômica.

A segunda hipótese é que as políticas educacionais que desconsideram as necessidades e interesses da sociedade local, instauradas sem discussão com a escola e a comunidade escolar, provocam resistências, comprometendo os resultados e acarretando o afastamento dos alunos.

No primeiro capítulo, discorreremos sobre a Reforma Educacional dos anos 1990, a separação da Educação Básica em relação ao Ensino Profissional. A ideia é elencar, historicamente, os fatores políticos e econômicos que margearam, a partir do período descrito, as políticas públicas da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro na reorganização da oferta educacional, e, conseqüentemente, do impacto das alterações no contexto da unidade escolar. Essa etapa foi norteada, através da análise documental de fontes primárias (marcos regulatórios, políticas públicas, atos administrativos) e fontes secundárias (obras de autores que tratam da temática de políticas educacionais para o Ensino Médio e gestão escolar).

No segundo capítulo, por meio de acompanhamento da dinâmica e da rotina escolar e através do uso de instrumentos de coletas de dados, levantaremos subsídios que nos permitam identificar o processo de reestruturação da instituição. Para tanto, apontaremos os desafios enfrentados nesse período e os resultados desses movimentos a fim de resgatar a qualidade do ensino ofertado na instituição. Teremos como referencial teórico a noção de Gestão Escolar e suas dimensões à luz do aporte teórico de Heloísa Lück, além de discorrer sobre a relação do professor com o currículo, identificando o interesse dos alunos e sua perspectiva de vida e escolarização. Tal exercício busca captar as nuances dessas três áreas no contexto escolar e os papéis que elas tiveram na reestruturação curricular da escola.

Realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo abrangendo o público docente e discente da escola estudada, utilizando as técnicas de observação e entrevistas pessoais, tendo como instrumento, para o primeiro momento, um roteiro semiestruturado de entrevistas e, no segundo momento, um questionário.²

As coletas de informações se deram em duas etapas. Na primeira etapa, foram entrevistadas a diretora da escola, as coordenadoras pedagógicas, a funcionária responsável pela biblioteca escolar, a secretária escolar, professores e alguns alunos. Na segunda etapa, houve aplicação de questionários de auto preenchimento nas turmas com 180 alunos e 12 professores que estavam presentes nos dias destinados às coletas dos dados.

No terceiro capítulo, de caráter propositivo, apresentamos um Plano de Ação a ser implementado pela SEEDUC/RJ, Equipe Gestora e Docentes da unidade escolar que consiste em uma reorganização da oferta curricular abrangendo uma matriz integrada ao ensino profissionalizante e aulas práticas experimentais das disciplinas do Eixo das Ciências e suas Tecnologias.

As considerações apresentadas, reinteram o potencial organizacional e físico da unidade escolar que lhe credencia a assumir uma proposta de reorganização curricular que possa atender as demandas postas pelo seu público alvo. Com base na análise do caso, o PAE - Plano de Ação Educacional - propõe a oferta do Ensino Médio Integrado a Formação Profissionalizante, amparado no Eixo da Cultura, das Ciências e suas Tecnologias e o Trabalho como princípio Educativo associando os saberes teóricos à prática. Foram elencadas três linhas de ação para a efetivação da proposta. A primeira linha de ação compreende a Gestão da Rede - SEDUC/RJ, propondo a adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, viabilizando o financiamento e acompanhamento. A segunda linha de ação refere-se a Gestão da Regional Metropolitana II, para suporte e orientação e a terceira linha de ação a Gestão Escolar, responsável pelas ações de implantação do novo currículo.

² GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: O PROCESSO DE DESCONTINUIDADE NUMA ESCOLA DO RIO DE JANEIRO

O crescimento industrial do Brasil, registrado entre 1950-1960, ocorreu em face da política industrial desenvolvimentista brasileira, com forte presença do papel do Estado, que tinha como principal meta fomentar as indústrias de base e aumentar o parque industrial. Tal crescimento aliou-se ao capital estrangeiro, principalmente o americano, o qual, através da política expansionista do pós-guerra, buscava firmar sua hegemonia na América Latina.³ Nesse período, houve intensa entrada de empresas de capital internacional no país, protegidas pelo sistema cambial e pelas tarifas protecionistas que permitiam a importação de equipamentos sem cobertura cambial. Houve um crescimento significativo no setor industrial, especialmente na indústria mecânica, o que alavancou a indústria automobilística e naval.

O desenvolvimento industrial e a modernização das indústrias nacionais, assim como as grandes empresas multinacionais que se instalaram no país, exigiam trabalhadores mais qualificados e mais bem preparados para o mercado de trabalho. Nesse contexto, para atender à demanda de mão de obra qualificada para o parque industrial em expansão, o Ensino Profissionalizante de Nível Médio passa a ser incorporado ao Sistema Regular com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61⁴ instituindo, nesse nível de ensino, o propedêutico, o científico e o profissionalizante, com os cursos normal (formação para o magistério), industrial, comercial e agrícola.

Os militares assumiram o poder em 1964, com um projeto desenvolvimentista de nação com apoio e forte influência das teorias liberais norte-americanas, estabelecendo uma relação direta entre educação e economia, com base nos pressupostos da “teoria do capital humano”⁵ defendida por Theodore Shultz. O projeto de educação tinha como principais objetivos o de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho industrial em crescente desenvolvimento de forma a

³ WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira. **A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

⁴ KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2001.

⁵ Teoria do capital humano - concepção tecnicista de Theodore Schultz, que correlaciona a educação com o crescimento econômico. Ver: CASTRO, Claudio de Moura e (1976).

aumentar a produtividade econômica, além do controle ideológico, o que contribuiria também para diminuir a pressão por vagas nas universidades. A educação, nesse período, passa por grandes mudanças e intervenções tanto no nível universitário quanto no nível de 1º e 2º graus com a implantação de reformas tecnicistas.

A reforma é promulgada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/71, tendo como alicerce uma educação técnica e desenvolvimento de habilidades apropriadas ao mundo do trabalho. A Lei determinava que o Ensino de 2º grau passaria à habilitação profissional na área de magistério, agrícola e industrial com duração de 3 ou 4 anos de estudo. Assim, o Brasil teve o seu investimento em capital humano direcionado a atender às necessidades do seu parque industrial que continuava em expansão, a fim de promover a capacitação e incentivo às atividades do campo, rompendo com a dualidade nesse nível ensino através da profissionalização compulsória. CUNHA (2000), MORAES (1996), SILVA (1998), DANTE (2007) analisam a reforma educacional implementada no período como parte de um projeto desenvolvimentista e, com objetivos de desviar o acesso ao ensino superior.

A obrigatoriedade de profissionalização em todo o ensino de 2º grau no país, demandava um alto investimento em infraestrutura, equipamentos e formação docente o qual foi financiado pelo Banco Mundial. O financiamento da Reforma brasileira, no período de 1971 a 1979, pelo Banco Mundial (BM), incluía a construção de Centros Interescolares de Educação Profissionalizantes, como parte da política nacional de formação técnico-profissionalizante.

Para atender a essa proposta, no Estado do Rio de Janeiro, foram construídos dois Centros Interescolares: o Centro Interescolar Miécimo da Silva em Campo Grande e o Centro Interescolar Walter Orlandini em São Gonçalo. Eles foram projetados com laboratórios de Biologia, Química, Física e Matemática, além de Oficinas para Cursos de Edificações, contando com todos os equipamentos e maquinários utilizados nos centros de pesquisa, a fim de viabilizar a teoria-prática. A criação dos Centros Profissionalizantes buscava atender aos alunos oriundos da rede pública de forma concomitante ou continuada, suprimindo a falta de estrutura física e material adequados das escolas da rede pública no cumprimento da legislação.

A Reforma não se sustentou, pois não atendia ao interesse da classe média. Esta recorreu ao ensino propedêutico na rede particular, devido à falta de estrutura

das escolas em relação a recursos humanos e equipamentos, assim como a ausência de professores habilitados para as disciplinas profissionalizantes. Todos esses fatores não permitiram a efetivação do padrão utilizado pelas escolas técnicas já existentes, o que, segundo Moraes (1996, p.126), implicou a descaracterização e maior desqualificação do Ensino Médio. Nesse cenário de interesses e tensões, o CFE aprova o parecer 76/75 com uma nova definição de habilitação profissional, a saber: “entende-se por habilitação profissional, o preparo básico para a iniciação a uma área específica de atividade em ocupação que, em alguns casos, só se definirá após o ingresso no emprego.” (MORAES, 1996, p.126).

Na mudança que traz o parecer 76, o ensino passa, de um caráter de terminalidade em qualificação técnica para o preparo básico, permitindo às escolas oferecerem cursos que demandavam pouco investimento. A obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau provocou a perda da qualidade, em função da falta de professores com qualificação específica para as diversas áreas e más condições estruturais, resultando em um ensino precário, como afirma Silva (1998, p.231):

A exigência legal imposta às escolas de 2º grau no sentido de profissionalizarem seus alunos, aliada à falta crônica de recursos financeiros, materiais, de pessoal qualificado, de instalações e equipamentos fez com que uma grande simulação ocorresse de modo a que, aparentemente e formalmente as escolas cumprissem a lei.

Em função do insucesso no cumprimento da Lei nº 5692/71, foi sancionada a Lei nº 7.044/82 que, em seu texto, desobriga a Formação Especial do currículo no qual a “qualificação” para o trabalho é substituída por “preparação” para o trabalho. Como explicitado em seu artigo 1º:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento como elemento da auto-realização, preparação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania.

A habilitação profissional em nível de Ensino Médio passou a ficar a cargo da Instituição que estivesse mais bem estruturada para oferecê-la, de forma a atender

à demanda e às características de seu público, garantindo efetivamente a preparação para o trabalho, sem, no entanto, abdicar da formação integral do aluno.

Cabe destacar que o endividamento dos países com o Fundo Monetário Internacional, causado pelo colapso do ciclo desenvolvimentista pela crise do petróleo, ocasionou perdas de postos de trabalho sem igual, com efeitos claros sobre as Políticas Educacionais que se seguiram, balizando uma formação geral de nível médio.⁶

A década de 1980 é chamada de "década perdida", em função de forte retração da economia, provocada pela crise dos anos de 1970 e a escassez de recursos internos, falência de fábricas e endividamento, que teve como consequência a diminuição de empregos.

O retorno do governo civil, em 1985, foi marcado por grandes tensões sociais e luta da sociedade civil por uma maior participação nas decisões políticas do país. A redemocratização é assinalada pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a participação dos segmentos da sociedade civil na elaboração da Nova Constituição da República, em 1988. A nova Carta traz mudanças significativas nos Direitos Civis, incluindo, entre eles, a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família".

Com a promulgação da nova Constituição, o Congresso Nacional põe em pauta a discussão da reformulação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O currículo do ensino de 2º grau e a relação entre educação e trabalho passam a ser temas relevantes nas pesquisas acadêmicas diante do desenvolvimento tecnológico e as novas bases comerciais entre os países. A discussão desse nível de ensino entra no domínio dos fundamentos científicos associados à técnica que fundamenta a produção moderna e que, numa constante renovação demanda um novo perfil do trabalhador. O novo viés capitalista, sob as novas relações de trabalho que se configuram com o desenvolvimento tecnológico, também exige o preparo e a qualificação diferenciada dos jovens para as mudanças que se operavam.

⁶ O clientelismo, a obsessão planificadora e os improdutivos labirintos do burocratismo estatal explicam, sob a perspectiva neoliberal, a incapacidade que tiveram os governos para garantir a democratização da educação e, ao mesmo tempo, a eficiência produtiva da escola. GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In Silva, Tomaz. T. da e Gentili, Pablo (orgs.). Escola S. A. Brasília: CNTE, 1996. p. 18.

1.1 A Reforma do Ensino Básico nos anos 1990

A crise, socioeconômica da década anterior leva a um novo reordenamento político e econômico internacional de transição da regulação capitalista com formação de blocos econômicos, prática neoliberal de ajustes financeiros, diminuição dos custos da máquina pública, privatizações, renegociação da dívida externa, abertura comercial, adoção de novas formas de gestão e incorporação da tecnologia. Essas mudanças passam a fazer parte de um consenso entre lideranças de países de economias mais estáveis e economias mais fragilizadas, como no caso dos países chamados periféricos. Os Organismos Internacionais, que eram favoráveis à redução de gastos sociais - saúde/educação - e maior participação da iniciativa privada, buscaram condicionar linhas de crédito ao cumprimento dessas diretrizes.

Nesse cenário, a Reforma da Educação Brasileira foi elaborada com base neste receituário de diminuição de gastos. Cabe ressaltar que a educação era considerada a maior responsável pelo desequilíbrio do orçamento do Estado, visto que era, no orçamento público, a folha com o maior gasto canalizado. Logo, esse custo deveria ser dividido com a iniciativa privada, cabendo ao Estado garantir a educação básica às camadas menos favorecidas. Para Dalila Andrade Oliveira⁷,

as reivindicações por maior autonomia para as escolas têm sido respondidas pelo Estado como possibilidade de descentralização administrativa e financeira. A autonomia pedagógica, compreendida como liberdade de cada escola construir o seu projeto pedagógico, tem caráter limitado já que, em muitos casos, tais projetos são elaborados de acordo com critérios de produtividade definidos previamente pelos órgãos centrais e garantidos pelos processos de avaliação (OLIVEIRA, 2000, p. 104).

Passa a fazer parte da agenda dos países, além da contenção dos gastos, a diminuição das taxas de analfabetismo, a elevação da qualidade e a preparação dos alunos para atuarem em um mercado de trabalho tecnológico desenvolvendo competências necessárias de adaptação às mudanças. Portanto, o Sistema

⁷ OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado.** In: FERREIRA, Naura Syria C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.* São Paulo: Cortez, 2000. p. 91-112.

Educacional Brasileiro assume o compromisso de universalizar o acesso e elevar a qualidade com redução de custos. Essa missão vem acompanhada das políticas de descentralização da gestão, diminuição dos salários, diminuição de pessoal, condições de estrutura deficiente e responsabilização pelos resultados, através da Avaliação Externa.

A desarticulação da instituição escolar pública vai descredenciando a capacidade da escola pública em oferecer um ensino de qualidade e validando a iniciativa privada a cumprir esse papel. Nesse sentido, Dourado, Oliveira e Santos (2007, p.9, *apud* Dourado 2007, p. 941)⁸ afirmam:

a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedades e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...).

Os questionamentos dos educadores sobre a dualidade do ensino e as novas exigências que se configuravam em termos de formação para um novo mercado de trabalho trazem novas mudanças para educação nacional e principalmente para a formação profissional. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outros documentos orientadores do MEC, assumem o compromisso com a democratização do ensino, através da ampliação do acesso e melhoria da qualidade, tendo como viés um currículo contextualizado, interdisciplinar e flexível para atender às diversidades regionais. No entanto, a formação profissional é desvinculada da educação básica e tratada em capítulo à parte. A educação compõe-se de dois níveis de ensino: básico e superior.

Artigo 21. A educação escolar compõe-se de:

- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II - educação superior.

⁸ DOURADO, Luiz Fernandes, em Educ. Soc., Campinas, vol.28, n. 100 - Especial, p. 921 - 946, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

Apesar de incluir a educação profissional não mais como parte da educação básica, a normatização se dá através do Decreto nº 2.208/97 que define três níveis para a Educação Pública: básico, técnico, e tecnológico, desliga os IFPT (Institutos Federais de Profissionalização Tecnológica) da educação básica passando a integrar a educação superior com financiamento próprio e incentiva a oferta do ensino técnico e profissionalizante à rede privada através de programas de financiamento. Os cursos técnicos passam a ser oferecidos de forma concomitante ou subsequente à educação básica.

Nesse período, foi criado o *Programa de Expansão da Educação Profissional* (PEOEP)⁹ com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do *Fundo de Amparo ao Trabalhador* (FAT) e dos Estados. Grande parte desses recursos foram destinados à iniciativa privada e ao *Sistema S* de Ensino¹⁰.

Nas Escolas Técnicas, a oferta de vagas de nível médio foi reduzida pela metade, o que tornou o acesso altamente competitivo para o aluno. A ideia era repassar a oferta para o setor privado e desarticulá-la na rede pública, uma vez que esta se incumbiria de oferecer a formação geral. Em contrapartida, as escolas públicas de nível médio, responsáveis pela formação geral, com financiamento insuficiente sofrem uma precarização em sua estrutura, uma vez que são deficitárias em equipe de acompanhamento pedagógico e de professores em sala de aula.

Embora haja escolas públicas de excelente qualidade, essa não é a regra geral. Dessa forma, grande parte dessas escolas, nas quais estudam os filhos da classe trabalhadora, tentam reproduzir o academicismo das escolas privadas, mas não conseguem fazê-lo por falta de condições materiais concretas. Deste modo, em geral, a

⁹ O Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP foi uma iniciativa do Ministério da Educação – MEC, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTb, que buscou desenvolver ações integradoras da educação e do trabalho, a ciência e a tecnologia, objetivando a implantação de um novo modelo de educação profissional, que proporcionasse a ampliação de vagas, a diversidade de oferta e a definição de cursos adequados às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia. Disponível em: <http://www.rnp.br/ti-rj/material/Pedricto.pdf> Acesso em 26 de setembro de 2013. Acesso em 26 de setembro de 2013.

¹⁰ Em 2008 foi firmado um acordo histórico entre o governo federal e quatro entidades que compõem o Sistema S - Sesc, Sesi, Senai e Senac. O acordo prevê que as entidades estabeleçam um programa de comprometimento de gratuidade. Entre as medidas do acordo está a aplicação de dois terços das receitas líquidas de SENAI e SENAC na oferta de vagas gratuitas de cursos de formação para estudantes de baixa renda ou trabalhadores – empregados ou desempregados. Sesi e Sesc destinarão um terço de seus recursos a educação. Outra novidade é o aumento da carga horária dos cursos de formação inicial, que passam a ter no mínimo 160 horas. Disponível em: http://sitesistec.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=278&Itemid=213. Acesso em 26 de setembro de 2013.

formação proporcionada nem confere uma contribuição efetiva para o ingresso digno no mundo de trabalho nem contribui de forma significativa para o prosseguimento dos estudos no nível superior. (MOURA, 2006, p.12).

Entendendo que é através da educação que os sujeitos conquistam sua efetiva cidadania, emancipação e dignidade, e que a educação acontece na escola, fica evidente que ela não pode estar dissociada das necessidades da sua clientela. Portanto, nela está o maior desafio frente às mudanças no sistema público de ensino médio. Segundo Paro:

Não há dúvida de que podemos pensar na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. Mas, uma coisa é falar de suas potencialidades... uma coisa é falar "em tese", falar daquilo que a escola poderia ser. [...] outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja cumprindo essa função. (PARO, 2001 p.10).

Ressalta-se que o Ensino Médio, ao longo dos anos através das reformas de concepções distintas para essa etapa da escolarização, tem se configurado como um sistema único, ora impondo uma profissionalização compulsória, ora como formação geral, porém sem oferecer alternativas aos que buscam e necessitam seguir diferentes caminhos.

A perda para a classe trabalhadora com a formação, diante do controvertido cenário da educação básica de nível médio e a educação profissional, à partir da Lei n.9394/96 e do Decreto 2.208/97 levaram às forças progressistas da sociedade brasileira entre elas educadores estudiosos do assunto a questionar e debater intensamente em fóruns a correção das distorções criadas pela legislação vigente. Levando o presidente Lula, assumir no primeiro mandato, o compromisso de revogar o Decreto n. 2208/97 e resgatar a educação profissional como política pública e integrar a educação básica, nos preceitos da educação politécnica¹¹.

O entendimento que a realidade da maioria dos jovens atendidos das escolas públicas brasileiras, buscam o primeiro emprego ainda no ensino médio, levou a proposição que deram as bases do Decreto n. 5.154/ 2004, ou seja, um ensino médio que garanta a os conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, bem como a formação profissional *stricto senso*.

¹¹ Educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e técnica.

Nessa perspectiva, ao adotar a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como eixos estruturantes, contempla as bases em que se pode desenvolver uma educação tecnológica ou politécnica e, ao mesmo tempo, uma formação profissional que o Decreto nº 5.154/04, abre possibilidades de oferecer a formação profissional nas escolas da rede pública de ensino, não apenas concomitante e sequencial ao Ensino Médio, mas integrado a ela, defendendo o resgate à formação integral do trabalhador.

Observa-se contudo, que a implantação do ensino médio integrado nas redes estaduais de ensino não tem se efetivado na prática, e perpetua-se numa correlação de interesses entre o público e o privado, políticas e programas aligeirados e modulares para a formação de mão de obra para o mercado. Ao se distanciar, da proposta que o originou, contribui-se, para a perda da função social da escola e de uma escolarização que promova de fato a emancipação através de uma base teórica e prática sólida, tendo o professor como sujeito ativo na organização do conteúdo em sua forma e método de repassar esses conhecimentos.

Nesses movimentos de rupturas na estrutura e organização do Ensino Médio, encontra-se a própria história do Colégio Estadual Walter Orlandini, que foi transformada em Ensino Básico, sua estrutura profissionalizante ficou ociosa, o que se contrapõe a necessidade de seus alunos. Tal fato é objeto deste trabalho e veremos que, para compreendê-lo, desenvolveu-se uma análise mais atenta das condições da escola e suas possibilidades em oferecer um ensino que contemple os saberes científicos historicamente construídos. Esses devem estar aliados a conhecimentos específicos teórico/prático, ampliando, assim, suas possibilidades, diante do novo ciclo de desenvolvimento econômico, de inserção ao mercado de trabalho e/ou à continuidade dos estudos.

Isso posto, ressaltamos que é necessário um olhar para a política educacional do Estado do Rio de Janeiro, para a organização da oferta do Ensino Médio e, por fim, para atendimento a profissionalização dos jovens para o acesso ao trabalho.

1.2 A política educacional do Estado do Rio de Janeiro – Realidade e Oferta

No Estado do Rio de Janeiro, encontramos a oferta de cursos de Educação Profissional tanto na Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), como na Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e na Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTEC), por meio da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) e do Centro Universitário da Zona Oeste (UEZO).

A Secretaria de Estado de Cultura (SEC) possui duas escolas que oferecem cursos profissionalizantes, por meio de convênio administrado pela FAETEC, sediadas na cidade do Rio de Janeiro: a *Escola de Música Villa Lobos* e a *Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Pena*. Esta última é uma instituição de Ensino Médio profissionalizante, fundada em 1908, por Coelho Neto.

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) foi criada pela Lei Estadual nº. 2.735 de 10 de junho de 1997, em que absorveu a Fundação de Apoio à Escola Pública FAEP (entidade de direito privado criada em 1987, no governo Moreira Franco) junto com oito tradicionais Escolas Técnicas Estaduais e o Centro de Educação Integral de Quintino e passa a ser vinculada à Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação SECTI, desvinculando a rede de escolas técnicas da SEEDUC adequando, portanto, a rede do Estado do Rio de Janeiro à normatização do Decreto nº 2.208/97, considerando que para oferecer um ensino de formação técnica compatível com o avanço tecnológico requerer-se-iam profissionais qualificados o que não seria possível com a política salarial da rede SEEDUC. Esse fato gerou ao Estado a coexistência de duas redes distintas, voltadas para a mesma modalidade de ensino – a da FAETEC e a da SEEDUC/RJ, apesar de permanecerem algumas escolas com oferta de cursos técnicos de nível médio.

O Estado do Rio de Janeiro, diante da demanda de mão de obra técnica na área de Petróleo e Gás Natural e no Complexo Petroquímico, investiu, junto à FAETEC, na criação de Centros de Educação Tecnológicas Vocacionais (CVTs) e em Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEPs), com a oferta de 112.090 vagas para cursos profissionalizantes; Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) e Institutos Superiores (oferecendo Formação Pedagógica), Curso Normal Superior e Curso de Tecnólogo em Análise de Sistemas. Em nível técnico, foram oferecidos cursos nas áreas de Agropecuária, Artes, Comunicação, Construção Civil, Desenvolvimento Social e Lazer, Design, Esportes, Gestão, Informática, Imagem Pessoal, Indústria, Saúde, Telecomunicações, Transporte e Turismo. Desde 2004, a Fundação desenvolve o ABCtec, que visa à erradicação do analfabetismo, a

implantação de Educação Profissional em nível básico em comunidades carentes e à inclusão digital.

Ainda assim, segundo dados do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, faltam profissionais qualificados no Estado do Rio de Janeiro¹² para ocupar vagas no Comércio, Construção Civil, Educação, Saúde, Hotelaria, Gastronomia, TI - Tecnologia da Informação e na área de Petróleo e Gás.

Já a rede de ensino da SEEDUC/RJ possui 80 unidades escolares que ministram cursos técnicos, oferecendo cursos nas áreas de Agropecuária, Indústria (mecânica, eletrotécnica, eletrônica e metrologia), Construção Civil (desenho de arquitetura e edificações), Meio Ambiente, Química, Saúde (patologia clínica, prótese dentária e enfermagem), Turismo e Hospitalidade, Informática, e Gestão (contabilidade, administração e secretariado). Essas escolas mantêm o curso Médio regular, sendo oferecido subsequentemente as disciplinas profissionalizantes, o que é um grande desafio à composição do quadro de docentes.

1.2.1 Programa Dupla Escola em Parceria Público-Privada - PPP

O Governo do Estado do Rio de Janeiro criou, em 2008, o Programa Dupla Escola, modelo de ensino integrado que agrega ao Ensino Médio cursos que oferecem aos alunos o desenvolvimento de competências, atitudes e valores aplicáveis ao mundo do trabalho. O Projeto é uma parceria público-privada como forma de viabilizar a oferta do ensino médio integrado ao profissionalizante. Atualmente existem três escolas que ofertam esse programa. As aulas são ministradas em período integral, de 7h às 17horas, contemplando as disciplinas do núcleo comum do Ensino Médio e 14 tempos semanais de aulas técnicas (disciplinas profissionalizantes e de prática) com carga horária de 10 horas diárias.

O Colégio Estadual José Leite Lopes, integrante do Núcleo Avançado em Educação (NAVE), na Tijuca, inaugurou a primeira experiência de parceria público-privada em 2008, por meio de um acordo entre a Secretaria de Estado de Educação e a Oi Futuro.

¹² http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1263:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em 15 de outubro de 2013.

A segunda experiência foi o Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos (NATA), em ação conjunta com a Secretaria Estadual de Agricultura Pecuária e Abastecimento e o grupo Pão de Açúcar. A divisão de tarefas entre os três gestores do projeto foi feita da seguinte maneira: o Grupo Pão de Açúcar financiou a obra de reestruturação e adaptação da antiga fábrica de laticínios da CCPL, que cedeu o espaço e foi transformada no Complexo Nata. A SEAPA assumiu o pagamento dos professores técnicos e a SEEDUC ficou responsável pelos professores da formação do núcleo básico da grade curricular, pelo mobiliário, alimentação, energia, água, telefone e equipamentos.

A terceira experiência de parceria público-privada para garantir o ensino profissionalizante integrado é o Colégio Estadual Erich Walter Heine, cuja proposta é de uma escola autossustentável. A escola conta com painéis solares, reaproveitamento da água da chuva, iluminação natural e área para reciclagem. A ThyssenKrupp CSA, co-gestora do projeto, contratou uma consultoria pedagógica para desenvolver conteúdo próprio para a escola e treinamento dos docentes. Como trabalham em regime de dedicação exclusiva, os professores da escola ganham um adicional por meio de gratificação garantida pela ThyssenKrupp CSA.

Os benefícios das parcerias entre a SEEDUC e a empresa privada, atendem às necessidades de oferecer qualificação profissional aos jovens, possibilitando, ao mesmo tempo, pouco investimento. Cria-se uma demanda de oferta em um curto prazo e, ainda, gasta-se pouco em investimento de infraestrutura e contratação de professores qualificados para as disciplinas profissionalizantes. A Secretaria Estadual de Educação é responsável pela base nacional comum, da formação geral, e seu parceiro fica responsável pela parte de formação profissional. O acesso dos jovens é por processo seletivo e as vagas são disponibilizadas em edital.¹³

Recém-inaugurada, a Escola Chico Anísio, que iniciou suas atividades em 2013, no bairro do Andaraí, tem parceria com o Instituto Airton Senna – IAS, o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBEMEC, responsável em realizar seminários em mercado e negócios e com a Secretaria de Esporte e Lazer, que dá aporte a projetos esportivos. A escola engloba o Programa Dupla Escola trabalhando com a metodologia do Programa SuperAção Jovem, desenvolvido pelo

¹³ Mais informações em: <http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/downloads/PEE1.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

IAS, alinhado com a proposta Educacional do século 21, tendo como pilares o Conhecer, o Fazer e o Produzir, que busca desenvolver habilidades com autonomia e protagonismo dos jovens preparando-os para exercer e desempenhar o seu papel social. A principal estratégia de ação pedagógica consiste em elaborar um projeto de forma colaborativa com propostas transformadoras para o próprio espaço escolar e para a comunidade. Os conhecimentos interdisciplinares se fazem presentes em todas as ações de elaboração e fases das propostas elaboradas pelos alunos.

Esse modelo tem suscitado críticas dos educadores, visto que o Estado está repassando ao setor privado o gerenciamento da educação pública, além de existir uma controvérsia nessa situação, pois a oferta de Ensino Médio integrado ao profissionalizante prevê não a integração da empresa na prestação da educação pública, mas a parceria na viabilização de estágios. Caberia, portanto, ao sistema público de ensino garantir às suas escolas equipe de profissionais capacitados para assegurar uma gestão democrática no âmbito escolar, que efetive a integração curricular entre os conteúdos da base comum e os conteúdos profissionalizantes, fazendo uma relação direta entre a teoria e a prática, sem abrir mão de suas prerrogativas de gestão do ensino público.

A Secretaria de Educação sinaliza que pretende ampliar o Programa e diversificar a oferta de cursos, inclusive com ênfase em idiomas, com novos contratos assinados.

São parceiros do programa: Microsoft, Nissan, Ministério da Cultura e Esporte da Espanha; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Instituto Confúcio e o Governo Chinês; Consulado Geral da França; Condato de Prince George, em Maryland - USA; Consulado Brasil Turquia; Grupo Axis Biotec (Biotecnologia) - Consulta SEEDUC/RJ.

Quadro 1 - Unidades Escolares do Programa Dupla Escola:

Colégio	Área/Curso	Parceria	Proposta
C.E. José Leite Lopes - NAVE	Técnico em Multimídia	Instituto OI Futuro	Desenvolvimento profissional e pessoal através das TICs.
	Técnico em Roteiros e Mídias Digitais		
	Técnico em Programação de Jogos Digitais		
C.E. Comendador Valentim dos Santos Diniz - NATA	Técnico em Leite e Derivados	Grupo Pão de Açúcar	Preparar os jovens para atuar nas áreas industriais e de varejo.
	Técnico em Panificação		
C.E. Erich Walter Heine	Técnico em Administração	ThyssenKrupp CSA	Preparar os jovens para

			atuar em funções de apoio administrativo.
Centro Interescolar Miécimo da Silva	Técnico em Administração		Ensino Básico Integrado à formação Técnica.
	Técnico em Edificações		
C.E. Círculo Operário	Técnico em Metrologia	Inmetro UFRJ	Formação para atuar no mercado da medição, Laboratórios e diversas áreas ligadas a Ciências e Indústria.
	Técnico em Biotecnologia		
C.E. Hebe Camargo	Técnico em Telecomunicações	Fundação Xuxa Meneghel e Embratel	Formação para atuar no mercado das Telecomunicações.
CIEP 449 Governador Leonel de Moura Brizola	Ensino Médio Intercultural – Brasil – França	Consulado Geral da França	Formação Básica com ênfase na língua francesa.
CIEP 117 Carlos Drummond de Andrade	Ensino Médio Intercultural – Brasil – Estados Unidos	Condato de Prince George	Formação Básica com ênfase na língua Inglesa.
C.E. HispanoBrasileiro João Cabral de Melo Neto	Ensino Médio Intercultural – Brasil - Espanha	Ministério da Cultura e Esporte da Espanha	Formação Básica com ênfase na língua espanhola

Fonte: Elaborado pela autora.

1.2.2 Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), é responsável pela implementação da política de Educação Profissional no Estado do Rio de Janeiro. A fundação foi criada pela lei nº 2.735/97 e alterada pela lei nº 3.808/02, passando a ser uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de Direito Público, de duração indeterminada, com sede e foro na capital do Rio de Janeiro.

Atualmente, com 101 unidades em 51 cidades do Estado do Rio, a Rede atende a cerca de 200 mil alunos por ano em 154 cursos, entre profissionalizantes, técnicos e tecnólogos.¹⁴ A Rede é composta por Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), Centro de Vocação Tecnológica (CVT), Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Cetps), Escola de Artes Técnicas (EAT), Centro de Educação Profissional em Tecnologia da Informação (Cepti) e Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). O ingresso é através de processo seletivo nas opções de Ensino Médio Integrado ao Técnico com duração de 03 anos, em concomitância externa para alunos que cursam o Ensino Médio em outra instituição, com duração de 2 ou 3 anos; subsequente, para alunos com ensino médio completo - duração de um ano e meio e na modalidade PROEJA - Ensino Médio e Formação Profissional

¹⁴ Dados disponíveis em: <http://www.faetec.rj.gov.br/>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

com duração de 3 anos. No Município de São Gonçalo a Rede tem um CETP e dois CVTs.

Apesar de serem inúmeros os investimentos do Governo do Estado na diversificação do Ensino Básico de Nível Médio, com oferta de cursos profissionalizantes, principalmente através da FAETEC, muitas regiões não foram beneficiadas por esses programas, como é o caso de São Gonçalo. Ali a FAETEC é inexpressiva com apenas uma CVT, que foi inaugurada recentemente e com CETEPS com cursos de três meses.

Portanto, é evidente a importância deste estudo e da pesquisa realizada no CEWO, principalmente no que diz respeito a compreender o perfil da gestão sua autonomia na operacionalização das mudanças que lhe conferem maior credibilidade e que possa, portanto, credenciá-la a assumir uma Proposta de Ensino Integrado ao Profissionalizante atendendo, de forma mais eficiente, a demanda posta pela sua comunidade frente às políticas públicas de educação e o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe lembrar que São Gonçalo é um Município com 1 milhão de habitantes, mas com renda *per capita* baixa, crescimento desordenado, sem planejamento urbano. Logo a qualificação profissional de seus jovens precisa ser ampliada a fim de expandir o desenvolvido socioeconômico da região.

A não existência de cursos profissionalizantes nesse local perpetua ainda mais o risco de excluir os jovens de camadas menos favorecidas, os quais dependem do Ensino Público Profissionalizante, para terem maior possibilidade de inserção em postos de trabalho local. Vale ressaltar ainda que o Município está localizado no centro de um polo de estaleiros, vinculando empresas ligadas à prospecção e, mais recentemente, à construção de um Polo Petroquímico. Na próxima seção falaremos mais detalhadamente sobre o município. No decorrer do trabalho destacaremos a importância de uma escola com ensino profissionalizante em São Gonçalo.

1.2.3 Programas Federais em ação no Estado do Rio de Janeiro - PROMIMP¹⁵ e PRONATEC¹⁶

O aquecimento da economia do Estado do Rio de Janeiro vem acompanhando, de forma expressiva, o ciclo de desenvolvimento interno brasileiro. Os dados divulgados pela Fundação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostram que, em 2006, o número de empregados na Indústria era de 560.116 e, em 2009, o número de trabalhadores subiu para 664.252. As novas oportunidades de trabalho têm gerado uma demanda por qualificação de mão de obra, na Construção Civil, na Indústria Automotiva e Mecânica - profissões fundamentadas na cadeia produtiva de Petróleo e Gás.

O SENAI, através do estudo feito em 2012, construiu o Mapa do Trabalho¹⁷ Industrial, sinalizando a necessidade de um modelo de Educação que potencialize o desenvolvimento econômico e social, uma vez que, dos 24 milhões de jovens brasileiros, menos de 15% (de 18 a 24 anos) chegam ao ensino Superior, sendo que o atendimento na Educação Profissional é de 6,6%, enquanto no Japão a profissionalização dos jovens é de 55%, na Alemanha, 52%, na França e Coreia do Sul chega aos 41%. Esse fenômeno brasileiro acaba provocando uma exclusão dos jovens aos postos de trabalho por falta de qualificação. Nesse estudo, ressalta-se, ainda, que existe uma demanda acumulada de ocupações entre 2012-2015, na indústria de alimentos, vestuário, construção civil, manutenção de máquinas industriais e automotivas, controle de produção, eletrônica e eletrotécnica, sistemas e monitoração de computadores.

A Criação do Polo Petroquímico de Itaboraí (Comperj) com previsão de gerar em torno de 200 mil empregos diretos e indiretos, tem canalizado esforços dos Entes Federal, Estadual e Municipal em investimento em infraestrutura e qualificação de mão de obra. A Petrobrás, através do PROMIMP tem sido a principal responsável pela qualificação da mão de obra especializada para trabalhar no setor.

¹⁵ O Prominp - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia.

¹⁶ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

¹⁷ Disponível em <http://www.senaipa.org.br/noticias/ultimas-noticias/256-senai-divulga-mapa-do-trabalho-industrial.html>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

O SENAI atende aos alunos das Escolas Públicas com recursos do PRONATE; a Rede FAETEC, através dos CVTs.

Estão sendo canalizados esforços dos Entes Federados e do Setor da Indústria para cobrir uma demanda pontual de crescimento econômico. O crescimento da cadeia produtiva do petróleo desencadeará o crescimento de outros setores agregados, que, sucessivamente, irá demandar da rede pública de educação, que atende a maior parcela da população do município, investimentos em sua rede. O CEWO, que atende exclusivamente à Educação Básica de Nível Médio, construído para ser um Centro Profissionalizante, possui estrutura para atender a essa demanda.

1.3 Colégio Estadual Walter Orlandini – Contexto Histórico

O Colégio Estadual Walter Orlandini (CEWO), com sede na rua Dr. Francisco Portela, nº 794, no bairro Paraíso, município de São Gonçalo, área metropolitana do Rio de Janeiro, pertence à rede pública estadual. A execução da obra é resultante de um empréstimo da agência norte-americana para o desenvolvimento internacional que comportava o Programa de Expansão e Melhoria de Ensino – PREMEN - em acordo efetuado pelo MEC e a USAID. Suas atividades escolares foram iniciadas em 09 de março de 1979 sob a denominação de CIWO – Centro Interescolar de Segundo Grau Walter Orlandini, e sua autorização pelo dec. nº 3063 de 26//2/1980, com a denominação de Centro Interescolar, oferecendo a 4ª série de formação técnica profissional aos alunos egressos do Segundo Grau da rede estadual do município que não conseguia cumprir adequadamente a exigência legal da Lei nº 5692/71.

Para suprir essa dificuldade, o Centro Interescolar oferecia a 4ª série do 2º Grau técnico profissionalizante na modalidade de orientação para o trabalho aos alunos oriundos de outras unidades de forma sequencial para sua formação. Foi autorizada pelo parecer nº489/81, a 4ª série em Administração e Comércio e pela portaria nº 2647/ECDAT de 3/02/1982 os cursos: Técnico em Contabilidade, Técnico em Eletrônica, Técnico em Mecânica, Auxiliar Técnico em Eletricidade, Auxiliar Técnico em Mecânica, Auxiliar de Escritório e Técnico em Edificações.

Em 1984, sob a direção da professora Lia Faria, o Centro Interescolar Walter Orlandini passa a integrar o Complexo Educacional de São Gonçalo (CESG) junto com a E. E. Tarcísio Bueno e a Faculdade de Formação de Professores/UERJ, pelo decreto nº 9.730 de 06/03/84, que passa a ter seu funcionamento e objetivos regulamentados pela Resolução nº 1.371 de 12/03/87, caracterizando-se como Escola de Demonstração, um projeto experimental idealizado pelo então vice-governador, professor Darcy Ribeiro, com objetivo de integrar os três níveis de ensino contribuindo para uma formação de professores com diferentes vivências e práticas pedagógicas.

A ideia do complexo era um projeto piloto no qual a integração dos três níveis envolvia mudanças de currículo, integração da gestão das unidades com relação ao planejamento e estratégias visando à melhoria da qualidade do ensino. A formação docente dos alunos da Faculdade de Formação de Professores seria enriquecida com a vivência da prática. O ingresso dos alunos do Ensino de Primeiro Grau e do Ensino do Segundo Grau do complexo seria automático às modalidades subsequentes. Os alunos das três unidades teriam acesso aos recursos humanos e infraestrutura das três unidades de ensino. Assim, os alunos do Ensino Básico se beneficiariam com a infraestrutura para pesquisa, utilização dos laboratórios, bibliotecas e auditórios e a FFP com a associação da prática à teoria em estudo. Da mesma forma, que a mobilidade dos alunos para o nível de ensino superior ao que estava cursando, seria automático, garantindo, assim, a continuidade dos estudos de todos os alunos matriculados no complexo. Segundo Ayres (2005, p.96), “as dificuldades de integração das Unidades do Projeto CESG se deram por questões político-ideológicas, o que fez com que as Unidades do complexo se desviassem do objetivo inicial”.

Ayres (2005) define a década de 1980 como um período marcado por muitas mudanças na educação do Estado do Rio de Janeiro e as insatisfações provocadas pela crise econômica pela qual passava o país desencadearam muitas greves e reivindicações sindicais. Nesse contexto turbulento, as tensões políticas dificultaram que o programa ganhasse as dimensões previstas pelo seu idealizador.

O CEWO, a partir de 1988, em adequação à legislação vigente, tem a suspensão das habilitações profissionais passando a ministrar a Educação Geral na modalidade de Orientação para o Trabalho e Associado à habilitação Profissional de Técnico em Contabilidade.

Em meados dos anos de 1990, a escola vivenciou dificuldades em gerir suas demandas pedagógicas e de infraestrutura, principalmente em função de insuficiência de recursos e falta de apoio do órgão central. Tal fato repercutiu negativamente para desempenho da escola, gerando grande insatisfação dos docentes com o trabalho e a política de financiamento, acarretando uma perda significativa de alunos. As dificuldades e as insatisfações geradas pelas condições de trabalho, o desestímulo do diretor com reflexos negativos na gestão escolar culminou em seu afastamento do cargo.

Em 2004, a comunidade escolar se mobilizou, elegeu um novo diretor e cobrou da Secretaria de Educação que efetivasse sua nomeação com uma grande manifestação na sede do órgão. A união da comunidade escolar em prol da solução dos problemas fortaleceu a equipe, dando início a um novo ciclo de gestão participativa. O resgate da credibilidade, do clima escolar e o comprometimento dos profissionais, marcaram um novo ciclo de gestão empenhada em resgatar a função social da escola em promover a formação dos seus educandos. No entanto, a identidade da escola, o atendimento à demanda da população de acordo com sua estrutura e potencial ainda preservados, continuam na pauta de lutas.

1.3.1 O Contexto Social – O município de São Gonçalo

São Gonçalo é um município situado na área metropolitana do Rio de Janeiro com uma população de 999.728 habitantes, segundo dados do IBGE, censo demográfico/ 2010. Embora seja a segunda cidade mais populosa do Estado do Rio de Janeiro, a oferta de emprego não acompanha esse crescimento populacional que vai gerando um contingente populacional de baixa escolaridade e renda.

O município se destacou como polo industrial nas décadas de 1940 e 1950, o que desencadeou um grande crescimento populacional, atraindo mão de obra do interior do Estado e de outras regiões como o norte e nordeste do país. Não obstante, com a crise econômica dos anos 1970 e 1980, a industrialização sofre uma desaceleração e muitas fábricas e indústrias foram fechadas restando, no lugar, grandes prédios abandonados, onde funcionavam fábricas de vidro, vassouras, tecidos, laminados e ferros, entre outras, levando grande parte da população a buscar trabalho no comércio e prestação de serviço nas cidades vizinhas como Niterói e Rio de Janeiro. Segundo Vianna,

(...) o baixo desenvolvimento de infraestrutura, por conta desse declínio, além da ausência ou insuficiência de equipamentos urbanos e de políticas públicas de revitalização parece colocar a cidade numa posição periférica em relação ao Rio de Janeiro e outras cidades da região" (VIANNA, 2010, p.4).¹⁸

O município convive com o crescimento desordenado, a falta de planejamento urbano e a falta de emprego formal, o que contribui para o processo de crescimento da violência e criminalidade. O baixo nível de renda da população eleva a demanda de vagas nas escolas de rede pública e os jovens buscam fazer cursos técnicos concomitantes na expectativa de uma vaga na indústria, na construção civil e no comércio. O comércio atualmente tem tido um crescimento significativo, com redes de hipermercados, como a rede Carrefour, rede Walmart e dois grandes *shopping centers*.

Com a Criação do Polo Petroquímico – COMPERJ¹⁹ surge, ainda, uma demanda nova de profissionalização dos jovens. Prolifera, nesse cenário, a oferta de cursos profissionalizantes em Mecânica, Petróleo e Gás, Solda, Segurança do Trabalho, Informática, entre outros, oferecidos em sua maioria pela rede privada para atender aos jovens que necessitam de inserção no mercado de trabalho.

A rede estadual de educação atende a grande parcela dos alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental e a grande maioria do Ensino Médio. Já o técnico profissional conta com o atendimento da FAETEC que disponibiliza um número de vagas muito aquém do necessário diante do tamanho e perfil da população jovem gonçalense. Sendo assim, a grande maioria que necessita de formação técnica tem como opção a oferta da rede privada.

¹⁸ Viana, Juliana Nazaré Luquez, em (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO GONÇALENSE: AS CENTRALIDADES DE UMA EX-CIDADE DORMITÓRIO. Artigo Uff, 2010 disponível em <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos>.

¹⁹ Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em construção de suas instalações no município de Itaboraí e o Centro de Integração e Capacitação em São Gonçalo.

Quadro 2 - Número de alunos matriculados – Município de São Gonçalo

Dependência	Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais	Ensino Médio	Educação profissional nível técnico	EJA Fundamental	EJA Médio
Estadual	7511	26873	19887	294	4735	5533
Federal	0	0	124	227	0	0
Municipal	25322	10009	0	0	5951	0
Privada	23203	16130	6386	2044	844	1456
Total	56036	53012	26397	2565	11588	6989

Fonte: INEP/2012

O quadro 2 representa o número de alunos matriculados no Município de São Gonçalo de acordo com o Censo Escolar do ano de 2012 por dependência administrativa. Constatamos que o atendimento do Ensino Básico no Município de São Gonçalo fica, majoritariamente, sob a responsabilidade da rede estadual. Em 2012, 75% dos alunos matriculados no Ensino Médio do Município eram atendidos pela rede estadual. Observamos, ainda, que 79% dos alunos que cursam o Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos - EJA são atendidos pelas Escolas Estaduais e ainda, 13% do Ensino Fundamental I e 50% do Ensino Fundamental II, que já deveriam ter sido absorvidos pela rede municipal de ensino são atendidos pela rede estadual. A Educação Profissional de nível técnico na rede pública apresenta um atendimento de 11% do total das matrículas e a rede privada atende 79%, o que evidencia a necessidade de maior acolhimento para essa modalidade de formação educacional.

Considerando a demanda de mão de obra qualificada na região e os programas federais em curso em apoio financeiro e estruturais aos estados para reestruturar o Ensino Médio, verificamos o imperativo de ampliar a participação do Estado na formação profissional técnica de Nível Médio, de acordo com as demandas e os arranjos econômicos locais.

O Colégio Estadual Walter Orlandini mantém apenas o curso técnico em contabilidade noturno para atender à procura por essa modalidade, uma vez que atende a jovens de família de baixa renda, concomitante com formação geral. Vale

ressaltar que o curso técnico ofertado não se utiliza da estrutura de laboratórios de que a unidade dispõe, permanecendo com seu potencial subaproveitado.

1.3.2 O colégio e o contexto nos dias atuais

A escolha do Colégio Walter Orlandini como estudo de caso deve-se ao fato de ser a única escola no município que possui uma estrutura pronta para atendimento de um ensino técnico e profissionalizante. O colégio está situado em uma região em que os jovens necessitam de capacitação para serem inseridos no mercado de trabalho, que, para muitos destes jovens, é condição para a continuidade dos estudos em nível superior.

Atualmente, o Colégio atende a 1856 alunos do Ensino Médio Regular e o 4º ano Técnico em Contabilidade no horário noturno. Os alunos na faixa etária de 14 a 20 anos estão distribuídos em três turnos. As vagas são disputadas e o acesso é através do sistema de matrícula informatizado para as séries iniciais através do site da SEEDUC/RJ.

1.3.2.1 Estrutura Física

O colégio encontra-se muito bem conservado e sua arquitetura chama atenção pela forma diferenciada da disposição das salas de aula em forma de círculo, tendo ao centro o pátio e a biblioteca em formato oval e muito bem organizada, o que proporciona uma bela visão do acervo disponível. A sua localização em ponto central é um facilitador para atrair os alunos e desenvolver o hábito de leitura.

A escola possui um laboratório de informática, com 20 computadores, utilizados pelos alunos para pesquisa e realização de trabalhos escolares. Os laboratórios de Física, Química e Biologia, são muito bem equipados, incluindo aparelhos de alta precisão, muitos ainda do tempo da criação da escola. O laboratório de Física possui equipamentos que permitem ao professor realizar experimentos de Mecânica, Acústica e Termodinâmica.

Quadro 3 – Organização física da escola

Rede física da escola	Quantidade
Salas de aula	13
Laboratórios	1 laboratório de informática PROINFO com 25 computadores ligados em rede 1 Laboratório de Química 1 Laboratório de Biologia 1 Laboratório de Física 1 Laboratório de Matemática
Salas para Equipe Administrativa e Pedagógica	3 Sala interligadas da Direção e Coordenação Pedagógica. 1 Sala dos professores 1 Secretaria
Setores pedagógicos	1 Biblioteca com espaços adaptados para leitura
Sanitários para servidores	1 na sala dos professores
Sanitários para alunos	4 para as meninas 4 para os meninos
Espaço para alimentação	1 cozinha 1 refeitório
Espaço Culturais e Esportivo	1 Anfiteatro 1 pátio interno central 1 Quadra

Fonte: Elaborado pelo autor

O maquinário e equipamentos das oficinas dos cursos profissionalizantes em Edificações e Eletrônica foram transferidos para a Escola Técnica Henrique Lage, que passou a fazer parte da FAETEC, em decorrência da suspensão da oferta das disciplinas profissionalizantes no Colégio Walter Orlandini por reformulação da lei.

1.3.2.2 Os Indicadores de Desempenho – SAEB e ENEM

A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB²⁰, em 2007 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), possibilitou o diagnóstico da rede educacional de cada ente federado e cada escolar em particular, para implementar ações e corrigir distorções que possam comprometer os resultados. A criação da Avaliação do Ensino Médio (ENEM)²¹ no mesmo período busca conferir as competências dos alunos ao final dessa modalidade. Com SAEB (Sistema de Avaliação Nacional da Educação Básica) promovendo a avaliação dos sistemas de ensino e o ENEM, as competências dos alunos, há uma maior responsabilização das instituições de ensino.

²⁰ É o indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) através do Censo Escolar e as taxas de rendimento obtido na Avaliação Nacional da Educação Básica (SAEB).

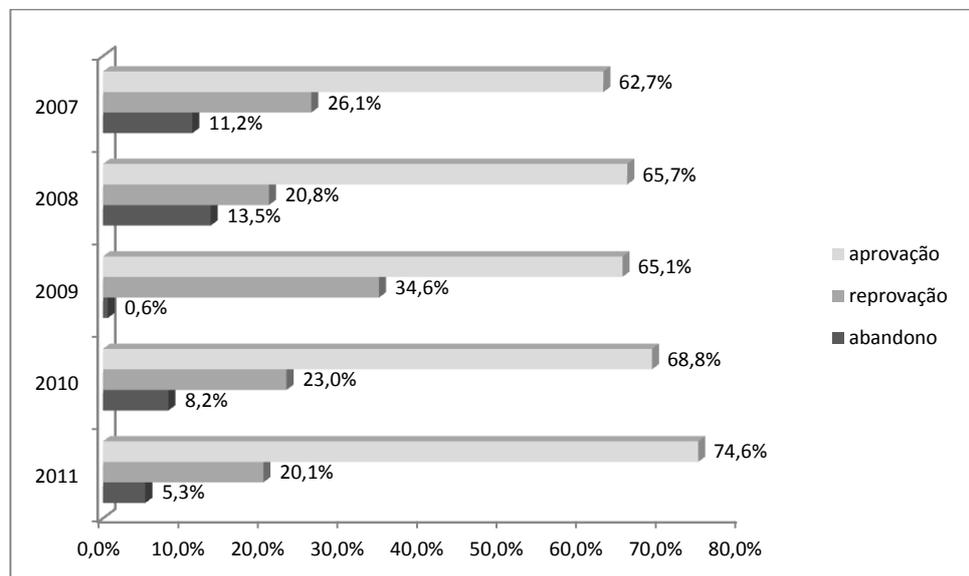
²¹ Ele avalia os alunos ao final da educação básica.

Logo, justifica-se, neste trabalho, o uso de dados dessas avaliações, pois verificar os resultados apresentados pela unidade escolar em estudo se torna importante, uma vez que eles demonstram o domínio dos alunos nas habilidades e competências para um determinado grau de ensino.

1.3.2.3 Os Indicadores de Desempenho do Colégio Estadual Walter Orlandini

Considerando, portanto, as avaliações externas e as avaliações internas através do fluxo escolar - taxas de aprovação, reprovação e abandono - podemos aferir a eficácia do trabalho desempenhado pelos professores e gestores. Ao analisar os resultados da unidade escolar nos últimos anos, observa-se um crescimento, ainda que pequeno, mas numa evolução ascendente. O Colégio apresenta, no período de 2007 a 2011, uma elevação de 8,4 em sua taxa de aprovação, uma diminuição na taxa de abandono de 35,4%, reduzindo a taxa de reprovação em 12,6%.

Gráfico 1 - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono - CEWO

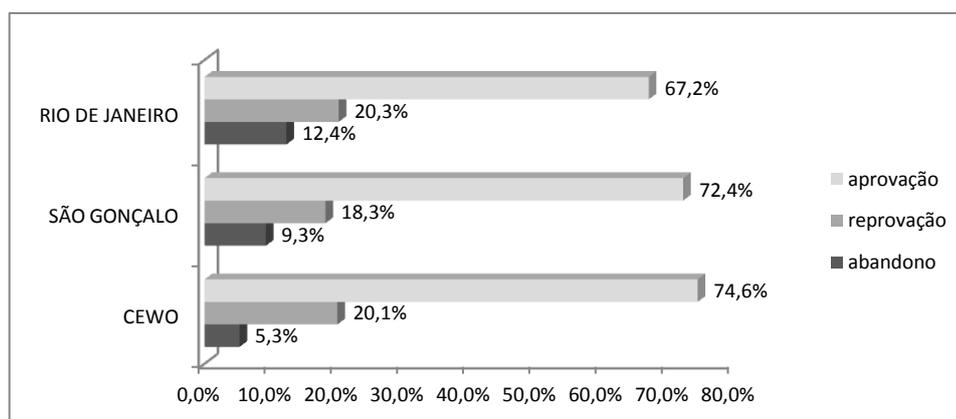


Fonte: MEC – INEP/2011

Podemos concluir, analisando os dados do gráfico 1, que o CEWO vem apresentando, de 2007 a 2011, crescimento nos índices de aprovação, diminuindo a reprovação e o abandono, sendo que, a partir de 2010, apresenta resultados significativos de melhoria nos índices em relação aos anos anteriores. Vale ressaltar

que, no ano de 2011, a SEEDUC/RJ adota uma gestão integrada com acompanhamento mais próximo das unidades escolares, realizando diagnóstico do desempenho dos alunos e a correção do fluxo. Essas mudanças foram impulsionadas, visto que o resultado do IDEB do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2009, ficou abaixo do projetado pelo MEC. Desde 2010, em convênio com o INDG - Instituto de Desenvolvimento Gerencial, a SEEDUC/RJ implementa, em toda a rede, técnicas de gerenciamentos voltados à obtenção de resultados utilizadas nas organizações privadas. O Programa inclui o Sistema GIDE - Gestão Integrada de Desempenho Escolar, nas dimensões pedagógicas, estratégicas e gerenciais através do método PDCA - Planejamento, Desenvolvimento, Controle e Avaliação associados ao indicador gerencial IFC/RS - Índice de Formação da Cidadania e Responsabilidade Social. Para acompanhar e orientar as Unidades Escolares, foi criado o cargo dos AAGE - Agente de Acompanhamento da Gestão Escolar.

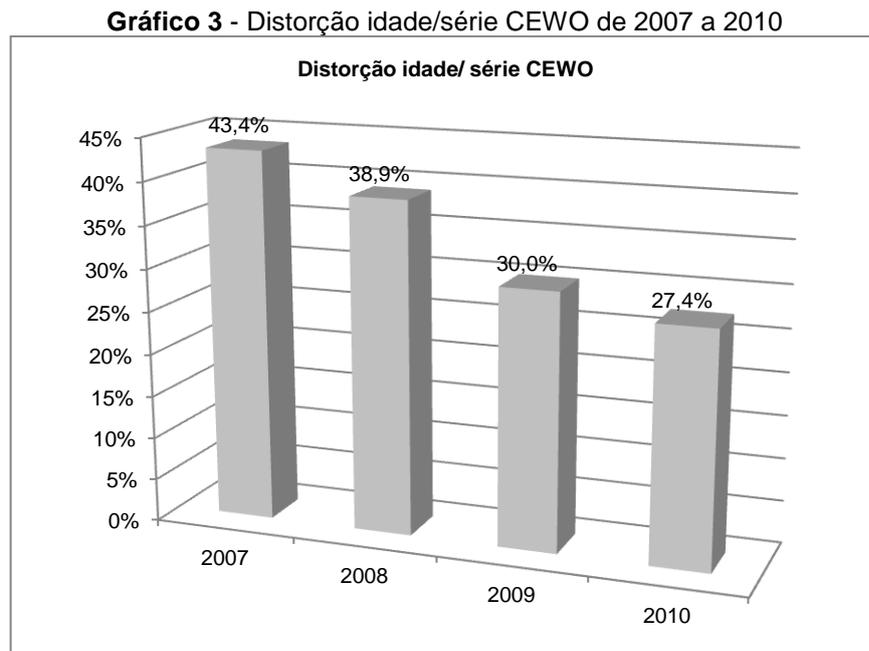
Gráfico 2- Taxas de Aprovação, Reprovação e abandono Estado x Município x Escola - 2011



Fonte: MEC – INEP/2011

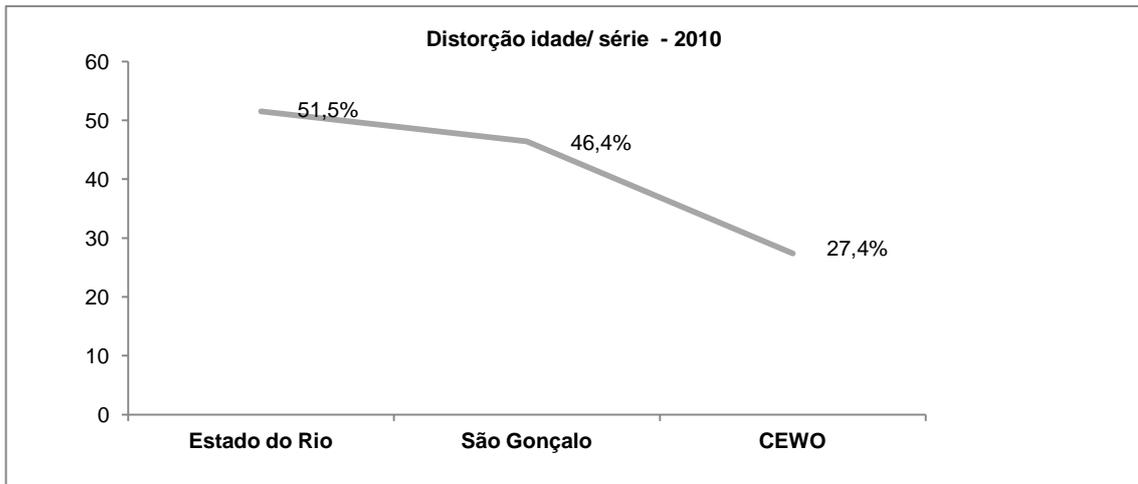
Comparando o posicionamento da escola com o Município e o Estado, verificamos melhores resultados quanto ao índice de aprovação e nas taxas de abandono, o que é muito positivo, pois, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2010, o Brasil tem a maior taxa de abandono escolar no Ensino Médio, em que 1 a cada 10 alunos entre 15 e 17 anos deixa de estudar nessa fase. Fica evidente que a Gestão da escola, ao promover o resgate da credibilidade enquanto instituição organizada e que pedagogicamente oferece um ensino de qualidade, atrai um público melhor qualificado que vê no colégio o melhor local para cursar o Ensino

Médio. Por outro lado, nota-se que as taxas de reprovação se mantêm na média do Estado e um pouco superiores as do Município, fato que se justifica por ser uma escola que atende exclusivamente ao Ensino Médio, recebendo no 1º ano alunos oriundos de outras unidades e outras redes de ensino, sendo exatamente esse ano de escolaridade o que apresenta um maior índice de reprovação.



Fonte: MEC – INEP/2011

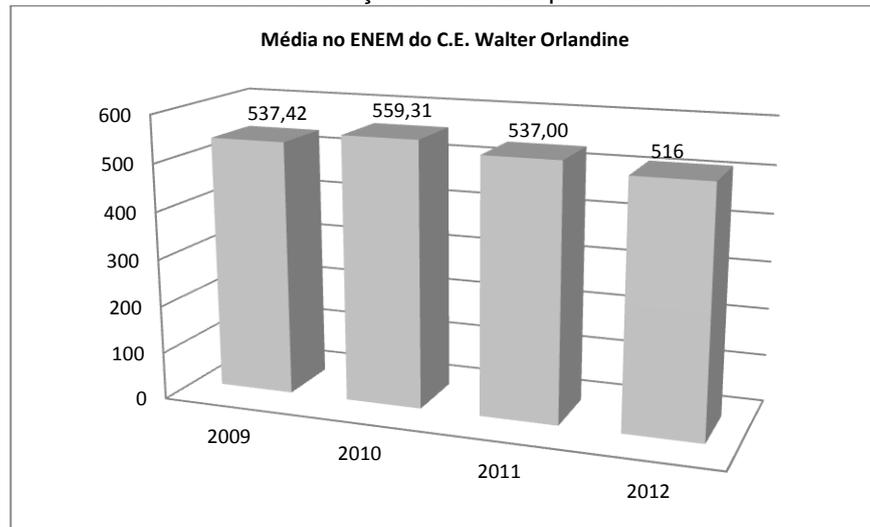
A queda contínua do índice de distorção idade/série reforça a ideia de que a articulação do fazer pedagógico e o protagonismo dos alunos como prática na ação educativa tem sido grande aliada no desenvolvimento das potencialidades dos alunos, sinalizando para um círculo virtuoso, no qual os professores se sentem estimulados com o desempenho dos alunos. Estes, por sua vez, ampliam seus conhecimentos apresentando resultados cada vez melhores, gerando aumento dos índices de aprovação e, conseqüentemente, na diminuição das taxas de distorção idade/série.

Gráfico 4 - Distorção idade/série CEWO x Município x Estado

Fonte: MEC – INEP/2011.

Comparando com os índices do Município e do Estado, podemos aferir, como citado anteriormente, que o CEWO vem adotando uma ação eficaz na sua prática pedagógica, buscando garantir aos alunos a assimilação dos conhecimentos ministrados. Além da taxa de distorção idade/série se mostrar em queda nos últimos quatro anos, em 2010, o percentual apresentado de 27,4% dos alunos fora da faixa etária, está aquém do apresentado pelo Município, que é de 46,6% e do Estado que é de 51,5%. Vale ressaltar que o CEWO é uma escola que atende exclusivamente a alunos do Ensino Médio e, por isso, a matrícula dos alunos na 1ª série do Ensino Médio não condiciona a idade adequada.

Constatamos que o índice de reprovação é mais elevado no 1º ano do Ensino Médio, ano em que esses alunos iniciam na Unidade, portanto ainda em adaptação e apresentando defasagem de aprendizagem acumulada dos conteúdos do Ensino Fundamental. Os alunos cursaram o Fundamental em diferentes escolas da Rede Estadual, Municipal e alguns da Rede Particular. A defasagem de conteúdos que são pré-requisitos para uma melhor compreensão dos conteúdos das disciplinas no 1º ano do Ensino Médio resulta em um número maior de reprovação nesse ano de escolaridade e acaba por comprometer o fluxo e desempenho da escola como um todo. Verifica-se, portanto, a necessidade de implantar ações para reverter este cenário, uma vez que a progressão parcial ainda se mantém elevada. A Unidade recentemente colocou em prática o sistema de monitoria com os alunos do 3º ano nas disciplinas mais críticas, mas ainda é incipiente para atingir resultados mais satisfatórios.

Gráfico 5 - Média alcançada no ENEM pelo CEWO.

Fonte: INEP – MEC/2011

As médias dos alunos na avaliação do Ensino Médio – ENEM apresentam uma elevação de 0,26 entre 2009 para 2010. Esse resultado cai em 2011 e 2012, mas a escola ainda se mantém acima da média nacional das escolas públicas que foi de 474,2. Logo, a média dos alunos do CEWO não evidencia resultados positivos, considerando que são insuficientes para o ingresso nas Universidades Públicas. A realidade tem nos mostrado que, para o ingressar no Ensino Superior, é necessário obter no ENEM notas superiores à nota média que é obtida pela maioria dos alunos.

Constata-se que através do processo seletivo se retém uma parcela significativa dos jovens entre 18 e 20 anos. Esse cenário ainda é mais agravante para os alunos oriundos da rede pública que, mesmo com as políticas afirmativas, ainda enfrentam dificuldades de obter a pontuação mínima de 450 pontos no Exame de Avaliação do Ensino Médio para conquistar uma vaga pelo PROUNI, e se veem compelidos a buscar vagas no mercado de trabalho sem ter, no entanto, formação adequada. O acesso a Universidade, exemplifica esta realidade.

Dos 308 alunos que terminaram o Ensino Médio no CEWO, em 2011, apenas 65 alunos foram aprovados, dentre estes, 52 para Universidades Públicas e 13 através do PROUNI, o que representa 21% do total. Em face da condição socioeconômica dos alunos atendidos pela escola, os 79% restantes, ao concluírem essa etapa de escolarização, perdem a condição de assistidos pelo Estado. Portanto, buscar o trabalho se faz necessário pela própria subsistência e condição

para o custeio dos que almejam a continuidade dos estudos, seja em cursos preparatórios para o próximo exame, seja na entrada em faculdades particulares.

Para aproximadamente 80% dos jovens que concluem o Ensino Médio na rede pública e não entram no ensino superior gratuito, é que se faz necessário repensar a formação de nível médio, considerando a necessidade de melhor instrumentalizá-los para que possam exercer no mercado de trabalho seu potencial produtivo, evitando a exclusão e até mesmo marginalização, uma vez que ficam submetidos pela baixa qualificação a subempregos.

A análise dos indicadores, ainda que pequenas, é positiva, demonstrando *a priori* que existem ações da gestão escolar para elevar os índices e a qualidade da educação ofertada. Os pressupostos previstos em lei apontam para a responsabilidade da escola em garantir um ambiente favorável ao aprendizado para que tenha êxito em sua missão de educar. Nesse sentido, a gestão escolar tem papel fundamental no envolvimento, condução e orientação do processo educativo. A promoção de um ambiente com profissionais comprometidos com os resultados dos seus alunos, estimulando o interesse pelo conhecimento e favorecendo a aprendizagem são fatores preponderantes para a elevação dos índices de desempenho.

Outrossim, o acompanhamento e suporte do Órgão Central possibilitam às Escolas ações mais efetivas. Para tanto, a SEEDUC/RJ implantou, no ano de 2011, o SAERJINHO²², que consiste em uma avaliação diagnóstica²³ aplicada bimestralmente na Rede Estadual, com objetivo de apoiar as escolas nas intervenções pedagógicas em busca de melhorar o desempenho dos alunos da rede.

Curiosamente, o grupo de professores se mostrou insatisfeito com as políticas de reestruturação da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro, implementadas pela SEEDUC no início de 2011. A equipe aderiu à greve que ocorreu nos meses de junho a agosto, provocando uma ruptura no trabalho que

²²Saerjinho - Avaliação diagnóstica realizada pela SEEDUC/RJ bimestralmente, com objetivo de apoiar as escolas nas intervenções pedagógicas em busca de resultados no desempenho dos alunos da rede.

²³ Forma mais rápida de verificação de como está o aprendizado e em que área e conteúdo o professor precisa rever, de forma a melhorar o domínio e o desempenho dos alunos em relação às competências elencadas para cada nível de ensino.

vinha sendo realizado. O aluno foi desestimulado a realizar as avaliações diagnósticas bimestrais como forma de protesto. Fato que, suscitou a atenção e mereceu uma visita do Sr Secretário de Estado de Educação.

Por ocasião da visita do Secretário, os alunos reivindicaram a contratação de professores e melhores condições de trabalho para eles. No entanto, as tensões criadas não chegaram a prejudicar o resultado final da escola que fez jus à bonificação pelo desempenho apresentado.

Percebe-se que existe uma grande cumplicidade entre docentes e discentes que advém das relações que se estabelecem no convívio e no encaminhamento das aulas. Logo, é no interior da escola que surgem as relações de poder, influência e confrontos. No interior da escola, os alunos vão construindo suas referências. Portanto, é a partir da condução da prática pedagógica que se constrói, além do conhecimento, o poder de criticidade, a negação ou a aceitação e o conformismo.

Toda mudança ou reformulação nas políticas educacionais ou curriculares deve ser discutida com os professores. Eles, como agentes condutores do processo de ensino-aprendizagem, não podem ser excluídos da sua elaboração, pois irão validá-los como seus executores. Faz-se necessário recuperar, no espaço escolar, as discussões pedagógicas, a clareza das finalidades e os meios para alcançá-lo. Vale ressaltar que a LDB traz em seu texto o princípio da gestão democrática da escola que analisado por Cury, ele nos chama atenção, que a gestão democrática que deve ser entendida em todas as dimensões,

a gestão democrática só o é mediante uma prática que articule a participação de todos, o desempenho administrativo-pedagógico e o compromisso sociopolítico. Ela se instaura como um novo espaço de gestão enquanto esfera pública em que os sujeitos da escola e na escola são convocados a essa participação. (CURY, 2007, p.9).

Através da participação dos sujeitos envolvidos diretamente no processo de ensino-aprendizagem é que gestores, equipe pedagógica e professores assumem responsabilidades e comprometimento com resultados. Diante dos resultados que o Colégio vem apresentando, crescentes em todas as dimensões, há indícios de que a ação coletiva dos sujeitos que dele fazem parte buscou construir um ambiente democrático motivador e participativo, tornando os métodos do fazer pedagógico um instrumento de aprimoramento para o objetivo maior que é o conhecimento.

O atual modelo macro de gestão integrada implantado pela SEEDUC/RJ oferece maior precisão nos diagnósticos, permitindo intercessões e correções antes de consolidar um resultado negativo. Entretanto, é na micro gestão, ou seja, no nível de unidade de ensino, que as intervenções ocorrem quando necessárias para atingir resultados globais positivos.

Ao longo deste estudo, observou-se que a apropriação da avaliação diagnóstica e seus benefícios, no que diz respeito à correção do processo, passou a ser vista como positiva e incorporada nas ações pedagógicas. Portanto, os resultados do CEWO apontam para uma gestão comprometida com uma ação pedagógica eficaz. Porém, ao término do Ensino Médio, espera-se que o aluno esteja apto a ingressar no Ensino Superior ou para ingressar no mercado de trabalho.

Como já mencionado anteriormente, estima-se que o acesso dos jovens para o Ensino Superior estreita-se a 20%, cabendo aos 80% restantes o ingresso no mercado profissional. Tal fato se torna um problema para estes jovens formados na atual grade curricular com ênfase em formação geral, sem os conhecimentos específicos para atuar no mundo do trabalho. A fim de compreender melhor esses percalços, buscaremos investigar entre os docentes e discentes o grau de satisfação com o currículo escolar para visualizar as ações que possam se efetivar e contribuir com o protagonismo desses jovens, instrumentalizando-os para sua inserção no mercado de trabalho e prosseguimento dos estudos.

2 ENSINO MÉDIO INTEGRADO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PERSPECTIVA DE RESGATE DA IDENTIDADE ESCOLAR A PARTIR DO DEC. 5.154/2004

A partir do Decreto n. 5.154/2004, tem-se o amparo legal para a oferta do ensino médio integrado ao ensino técnico profissionalizante, possibilitando portanto, resgatar para os alunos do CEWO, uma formação que atenda seus anseios, posto que, a profissionalização desses alunos é, tanto uma necessidade, como uma condição relevante para superar a realidade.

O CEWO iniciou sua história de trabalho tendo como marca referencial a oferta de educação profissional aos alunos da rede pública estadual do município. Apesar das mudanças nas políticas educacionais que se operam desde então, o público atendido pela escola necessita de um trabalho pedagógico articulado com a prática para o desenvolvimento de competências e habilidades que garantam sua inserção no mercado de trabalho, além da necessidade de formação através do embasamento teórico.

O aluno CEWO, na maioria das vezes, necessita, por força de condição social, estar empregado, ou mesmo, desempenhando funções que possam auxiliar na manutenção de suas famílias. Ramos (2008, p.13) afirma que "o ensino médio integrado à educação profissional é tanto possível quanto necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável" e, no mesmo entendimento em Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.43) e Simões(2007), para esses jovens que necessitam obter uma profissão mais cedo, a profissionalização de nível médio é a condição que lhes possibilita a "travessia" para uma nova realidade.

Portanto, a oferta curricular deve estar estruturada nos eixos da ciência, tecnologia e tendo o trabalho como princípio educativo associando os conhecimentos específicos profissionalizantes com o objetivo de atender a uma formação que o instrumentalize para uma nova vertente de trabalho, materializada pelo novo potencial produtivo da região.

As características de estrutura física da instituição, personalizada nos espaços e laboratórios até hoje existentes, podem contribuir para efetivar ações pedagógicas que contribuam para uma melhor formação que contemple preceitos teóricos com a experimentação prática. Esses espaços construídos, organizados e

mobiliados para esse tipo de ação, não estão dispostos de acordo com a demanda posta por sua comunidade.

Portanto, o CEWO, instituição escolar integrante da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro, ainda que inserido em um espaço de carência socioeconômica considerável e com total estrutura físico-operacional para desenvolvimento de ações que possam atender às demandas postas por essas carências, necessita alinhar-se ao desenho das políticas públicas estaduais de oferta de educação básica e profissional, de forma a atender às demandas da comunidade escolar.

Isso posto, urge a definição de um desenho operacional que garanta à gestão escolar a liberdade de, em face ao diálogo da sua demanda com as estruturas sistêmicas, redesenhar sua oferta através de uma matriz curricular específica que contemple as necessidades de profissionalização básica de sua comunidade escolar. Para tanto, faz-se necessário a inserção no cotidiano escolar, em sua práxis gestora e pedagógica, bem como, buscar as políticas e programas educacionais vigentes no Estado do Rio de Janeiro que possam subsidiar uma proposta viável a reorganização curricular.

2.1 Aspectos Metodológicos

Convém lembrar que o nosso ponto de partida foi "o Resgate da Profissionalização do CEWO", portanto, trata-se de um estudo de caso, em que se pretende investigar, no contexto da unidade e com os atores envolvidos, elementos que possam viabilizar a proposta inicial ou invalidá-la.

Segundo Carvalho (1995, p.155), o estudo de caso é "uma estratégia de investigação através da qual se pretende realizar a análise exaustiva de um problema, de um tema, de uma pessoa, de um grupo, de uma organização ou de qualquer outra unidade social". Para Yin (1987, p.23) "(...) é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de um contexto de realidade quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidências".

Portanto, o desenvolvimento da pesquisa engloba o entendimento das políticas educacionais em curso no país e na Secretaria de Estado de Educação do

Estado do Rio de Janeiro, órgão ao qual o CEWO está subordinado, a caracterização das representações que alunos e professores tem em relação à escola e a identificação do perfil sociocultural do aluno, relativo ao seu acesso à tecnologia, necessidade de qualificação e expectativa em relação ao futuro. Quanto ao corpo docente, é necessário conhecer a relação que ele estabelece entre a escola e o mundo do trabalho, correlacionando se o currículo oferecido atende às necessidades dos alunos.

A metodologia utilizada para este estudo de caso durante a coleta de dados foi o questionário (estruturado). A investigação para este estudo se deu em 4 etapas, das quais 3 são de natureza qualitativa e 1 de natureza quantitativa. Foram tomados como referenciais teóricos Earl Babbie (2003)²⁴ e George Gaskell (2002).

O estudo qualitativo envolveu a técnica da observação, buscando conhecer como docentes e discentes se relacionam entre si e com o espaço físico. Esta técnica é apontada por Ludke e André como instrumento de compreensão na investigação do que não é dito.

Usada como principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito entre pesquisador e fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. A experiência direta é, sem dúvida, o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno".(LUDKE, ANDRÉ, 2001, p. 26).

Ao acompanhar o cotidiano da escola percebe-se o clima que se estabelece no ambiente escolar, a motivação do grupo, como os alunos se relacionam entre si e com os espaços escolares que eles utilizam, como os professores interagem, planejam e executam as ações e a atuação do gestor nas diversas demandas que se colocam diariamente. Nestes momentos, foram travados diálogos mais informais com os diversos atores, e os mesmos possibilitaram a coleta e anotações de falas e informações relevantes. Este acompanhamento facilitou a compreensão e análise do que Lück (2009) aponta como clima escolar e cultura organizacional.

Na pesquisa, foram utilizados dois instrumentos: entrevista, junto aos gestores do colégio - diretores, coordenadores pedagógicos - e professores e

²⁴ BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1999. p. 35 - 519.

alunos, com o intuito de apurar os atuais pontos fracos e fortes do colégio, à luz das dimensões da gestão escolar segundo Lück (2009).

O segundo instrumento de coleta foi o questionário com o corpo docente e discente. Com os docentes foram aplicados 12 questionários de autopreenchimento, a fim de conhecer o seu perfil profissional e como o CEWO é avaliado por esses atores nas dimensões pedagógicas e na gestão educacional. 180 alunos do 3º ano do Ensino Médio responderam ao questionário de autopreenchimento que visava conhecer o nível de satisfação destes com relação à escola e as expectativas futuras em relação ao mercado de trabalho. O conjunto das investigações forneceu dados que apontam quais são as melhores condições de ofertar aos alunos um Ensino Médio Integrado à Educação Profissionalizante.

Além da investigação no campo específico da escola, neste capítulo, procuraremos discorrer sobre as políticas públicas em curso a nível Federal e Estadual, que possam apoiar a reestruturação curricular da unidade em estudo, além de averiguar a correlação do currículo com a demanda da sociedade e se este contempla as perspectivas e necessidades dos sujeitos que nela estão inseridos, assim como, da perspectiva dos alunos em relação à escola e seu projeto de vida.

2.2 Apontamentos importantes sobre a educação profissionalizante no Brasil

A oferta de uma escolarização que reconhece a pluralidade do público estudantil deve garantir um ensino médio atraente, que atenda aos anseios desse público, e, ao mesmo tempo, não seja excludente aos jovens das classes menos favorecidas, assegurando a esses os direitos de uma formação técnica profissional articulada às três áreas do conhecimento. Nesse sentido, podemos remeter a Kuenzer, *apud* Simões (2007 p.48), pois ele chama a atenção para o fato de que a "estratégia de levar o Ensino Técnico para após o Médio, além de contendora do ingresso em cursos superiores, é também elitista, por reduzir o contingente dos que terão acesso ao Técnico".

Por outro lado, vale lembrar que o Decreto 5.154/04 lança novas possibilidades àqueles que dependem do ensino profissionalizante para o primeiro emprego e, até mesmo, para dar continuidade ao nível superior. A proposição do

Ensino Médio Integrado, através deste decreto, busca garantir a formação técnica sem o empobrecimento do currículo básico, tendo o trabalho como princípio educativo, sendo a reflexão, a teoria, a pesquisa e as práticas vinculadas à ação educativa como meio de proporcionar ao educando a cidadania e autonomia intelectual.

A concepção defendida por Simões (2007), Winckler e Santagada (2007) de um Ensino Médio que profissionalize os jovens para o trabalho, concomitante a um currículo básico, no qual as disciplinas de base científicas e tecnológicas façam uma conexão com o trabalho moderno, recebe o aporte de programas da esfera Federal em apoio aos Estados e Municípios. Essa concepção além de garantir aos jovens maiores oportunidades de emprego, diminuiria a exclusão da escola neste nível de ensino, pois ao estabelecer um nexo entre educação e trabalho, há mais coerência com as necessidades da sociedade e constrói-se uma escola mais atrativa aos jovens de baixa renda, evitando a perversa exclusão educacional, que vem se estabelecendo em nome de uma formação geral voltada para o ingresso na universidade.

Para tanto, a reestruturação do currículo envolvendo o Ensino Profissionalizante não pode ser organizada apenas em uma dupla jornada com oferta de disciplinas profissionalizantes, mas sim na contextualização dos conteúdos, da metodologia e da prática interdisciplinar, de forma a estabelecer uma conexão entre os conceitos escolares e os fundamentos contemporâneos das técnicas produtivas, Ramos(2008). O grande desafio que se coloca para os professores é a organização de um planejamento consistente, pois sem a interlocução entre as disciplinas e o propósito prático, ele não se concretiza, e assim, o curso deixa de fazer sentido para o aluno. Cabe lembrar que a fragmentação dos conteúdos é, de fato, a prática recorrente na maioria das escolas (Azevedo e Reis, 2013).

O desafio a ser vencido pelos professores que não possuem formação nestas bases de trabalho preconizado pelas Bases Normativas do Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante é justamente a prática interdisciplinar, como apontado por Azevedo e Reis (2013), que se soma ainda com o trabalho e a pesquisa, pois ambos são os norteadores do princípio educativo.

A Estrutura Organizacional de funcionamento das escolas, no contexto atual, caminha, por uma questão histórica diametralmente oposta, para a efetivação do

planejamento coletivo. Logo, a mudança de paradigmas abrangendo uma relação dialógica, deve contemplar, a princípio, a organização sistêmica dos Espaços Educativos.

Na prática, os professores sentem dificuldades em construir esta interlocução dos conteúdos disciplinares em função de suas fragmentações, principalmente quando diz respeito à organização das disciplinas que constituiu, até hoje, a organização dos currículos escolares. Azevedo e Reis (2013, p. 31) aponta que tal fato leva o aluno ao desinteresse, devido à falta de sentido prático, contribuindo então, para elevar a evasão escolar. O autor complementa ainda, que o currículo escolar deve ser estruturado num diálogo permanente entre setores teóricos e práticos, pois ao "não pensar no projeto de estudo interligado ao projeto de vida dos estudantes constitui foco gerador do fracasso social do Ensino Médio".

A proposição da ressignificação do Ensino Médio tem como finalidade a interlocução entre a Base Científica do Currículo e a compreensão do trabalho moderno. A ampliação do acesso ao ensino básico causou um descompasso entre o aumento quantitativo de alunos e o investimento insuficiente em pessoal e infraestrutura, levando a um processo de massificação, comprometendo a transmissão de conhecimento na educação básica pública. O ensino médio, como última etapa do ensino básico e com essas condicionantes, não consegue preparar os alunos em nível de igualdade com a rede privada, principalmente quando ambos competem meritocraticamente, para o acesso ao ensino superior público, e também não dá conta de qualificá-los adequadamente para o acesso ao mercado de trabalho. A necessidade dos jovens em garantir qualificação para a inserção no emprego leva-os a buscar, na iniciativa privada, cursos de curta duração concomitante ao ensino médio. Porém, a grande maioria não pode arcar com os custos e, conseqüentemente, submetem-se a trabalhos com baixa remuneração, ou muitas das vezes recorrem à informalidade.

Logo, a discussão sobre a educação básica da rede pública de ensino volta ao cenário por meio do entendimento de que os desafios do Ensino Médio não se encerram na sua identidade, entorno da dualidade do ensino propedêutico ou profissionalizante, mas no ensino que possa garantir, além da formação geral, conhecimentos específicos capazes de instrumentalizar os jovens no sentido prático ao que é ensinado, possibilitando a sua aplicação para além da escola, permitindo a eles reconhecer a importância do trabalho na sua socialização, como meio de

conquistar autonomia e incorporando conhecimentos que lhes proporcionem o a compreensão das relações que se estabelecem na organização da sociedade onde estão inseridos. Neste sentido,

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Assim, a matriz curricular dos cursos de Ensino Médio Integrado Profissionalizante²⁵ engloba conhecimentos científicos e tecnológicos articulados às três áreas do conhecimento: Linguagens e Códigos suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, permitindo constituição de uma parte diversificada que envolve cultura e compreensão do mundo, somada a outra, que diz respeito à formação profissional com uma conexão permanente entre teoria e prática, ampliando assim, a jornada diária do aluno. Para sua implementação faz-se necessário à construção do projeto com o plano de ação, construção da matriz curricular, capacitação de docentes, infraestrutura, parceria com empresas para estágio e financiamento.

A ampliação do tempo do aluno não pode ser entendida como uma divisão de disciplinas **Base Comum versus Profissionalizante**. Este erro deve ser veemente evitado, sob pena de que o abandono por parte dos alunos do curso se torne mais acentuado. Deve-se, portanto, compreender a ampliação da carga horária do aluno e do professor como forma de concretizar o planejamento interdisciplinar, dando mais tempo à pesquisa e produção do aluno. Sem uma mudança na estrutura da práxis pedagógica e na organização institucional não será possível a construção nas Bases que se propõe.

Outra dimensão a se considerar é a precarização do trabalho docente, que transformado em um acúmulo de cargos e funções sonega o tempo do planejamento. Este se volta para o centro da ação pedagógica, onde não se concebe retirar do professor o tempo para articular as ações, as estratégias, as interfaces, as intervenções criativas, capazes de desenvolver competências e

²⁵ Para mais informações ver: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf. Acesso em 5 de outubro de 2013.

reflexões, compreensão e criação, "transpondo do senso comum para o comportamento científico" (KUENZER, 2013).

Logo, o financiamento mostra-se como o grande impasse para os Estados brasileiros ofertarem o EMI, uma vez que, a precariedade da infraestrutura das escolas e os baixos salários dos professores demandariam do poder público um investimento maior para as escolas. A redução do financiamento, a partir dos anos 1990, levou ao sucateamento da rede pública Estadual e o atendimento majoritário do Ensino Médio ficou a cargo dos Estados. Portanto, para a implantação de um currículo integrado, envolve não só a organização e adequação dos espaços, como a manutenção dos laboratórios e recursos humanos.

exige espaços físicos adequados, bibliotecas, laboratórios, equipamentos e, principalmente, professores concursados e capacitados. Sem essas condições, discutir um novo modelo, pura e simplesmente, não tem sentido. (KUENZER *apud* OLIVEIRA, 2002, p.35).

Há que se buscar portanto, a linha de financiamento. A viabilidade da proposta educacional, está diretamente ligada ao financiamento destinado. Para esta análise, Oliveira (2009) destaca que o financiamento das redes federais varia entre quatro a oito vezes, sendo maior no custo por aluno, do que as redes estaduais, e atende a 86,5% do total de alunos a nível nacional. Fato este, que pode explicar a diferença de desempenho dos alunos nas avaliações das distintas redes de ensino.

Com o objetivo de fomentar a oferta de cursos profissionalizantes de nível médio, o Governo Federal instituiu o *Programa Brasil Profissionalizado* através do Dec. 6.302/2007 com apoio financeiro, através do FNDE aos Estados e instituições de ensino na adesão ao programa pelos Estados, fortalecendo as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos para que os estados invistam em suas escolas técnicas a fim de equipá-las, e modernizá-las visando à expansão das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional, uma das metas do *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE).

Um dos principais objetivos pedagógicos deste novo modelo de educação é desenvolver uma educação humanista com foco no trabalho, como já explicitado anteriormente, integrando os conhecimentos do currículo básico com o profissionalizante e à prática profissional para o pleno desenvolvimento dos jovens.

Em seu Art. 1º explicita os objetivos do programa:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais.

Parágrafo único. São objetivos do Programa Brasil Profissionalizado:

I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;

II - desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;

III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;

IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade à distância;

V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;

VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;

VII - fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e

VIII - fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio.

O *Programa Brasil Profissionalizado*, segundo o MEC, desde sua implantação em 2008, já conveniou em 23 estados e o Distrito Federal, repassando recursos para a construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais, além da aquisição de laboratórios, compra de material pedagógico e formação de docentes que irão atuar nas escolas incluídas no programa de formação profissional.

O investimento em formação, segundo Marcelo Camilo Pedra²⁶, coordenador geral de fortalecimento das redes de educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação é tão essencial quanto à compra de equipamentos e a construção de laboratórios ou escolas “além de estrutura física e de laboratórios, o material humano é sem dúvida, o mais importante no processo de formação dos alunos”, justifica. A Formação dos profissionais irá abranger gestores e professores em cursos de Administração, Agronomia, Engenharia de Produção e Formação a

²⁶ Informação disponível em: http://educacaoruralcc.blogspot.com.br/2012_02_01_archive.html. Acesso em 5 de outubro de 2013.

Técnicos de Laboratório entre outros de acordo com a oferta. Em andamento, há um curso de Especialização, em convênio com o Centro Paula Souza de São Paulo.

Tabela 1 - Convênios Programa Brasil Profissionalizado

UF	2008	2009	2010
PR	R\$ 126.232.851,76	R\$ 54.865.348,64	R\$ 181.098.200,40
CE	R\$ 124.241.566,92	R\$ 5.016.117,90	R\$ 129.257.684,82
RN	R\$ 64.445.387,35	R\$ 59.676.546,88	R\$ 124.121.934,23
PA	R\$ 18.226.164,76	R\$ 63.913.197,22	R\$ 82.139.361,98
MT	R\$ 43.540.833,85	R\$ 35.408.015,01	R\$ 78.948.848,86
BA	R\$ 62.367.058,97	R\$ 9.830.877,23	R\$ 72.197.936,20
MG	R\$ -	R\$ 70.898.329,74	R\$ 70.898.329,74
MS	R\$ 290.674,33	R\$ 67.159.706,35	R\$ 67.450.380,68
SP	R\$ -	R\$ 65.304.573,16	R\$ 65.304.573,16
AC	R\$ 3.273.414,33	R\$ 53.219.181,07	R\$ 56.492.595,40
RS	R\$ 15.760.325,17	R\$ 38.290.874,36	R\$ 54.051.199,53
SC	R\$ 18.566.200,82	R\$ 29.424.343,69	R\$ 47.990.544,51
PI	R\$ 3.419.540,70	R\$ 44.387.391,35	R\$ 47.806.932,05
MA	R\$ 16.587.469,88	R\$ 22.562.362,94	R\$ 39.149.832,82
PB	R\$ 18.459.844,59	R\$ 9.735.103,54	R\$ 28.194.952,13
TO	R\$ 2.863.206,00	R\$ 25.462.026,14	R\$ 25.462.026,14
SE	R\$ 871.624,33	R\$ 22.406.227,72	R\$ 23.277.852,05
AL	R\$ -	R\$ 18.428.542,27	R\$ 18.428.542,27
PE	R\$ 803.940,00	R\$ 8.544.728,71	R\$ 9.348.668,71
RR	R\$ 433.860,00	R\$ 7.380.717,30	R\$ 7.814.577,30
AP	R\$ 4.768.243,18	R\$ 354.970,00	R\$ 5.123.213,18
GO	R\$ -	R\$ 4.844.543,48	R\$ 4.844.543,48
ES	R\$ -	R\$ 3.122.844,33	R\$ 3.122.844,33
	R\$ 525.152.206,94	R\$ 720.236.569,03	R\$1.242.525.573,97

Fonte: MEC/2010

Como podemos observar na tabela 1, a distribuição dos recursos aos Estados que aderiram ao programa estão sendo canalizados desde 2008 para adequação das unidades escolares e formação docente. Os Estados do Paraná e Ceará lideram como os que mais receberam recursos, fato que justifica a implantação do programa em um maior número de escolas.

O novo posicionamento do Governo Federal/MEC estabelece uma política governamental de apoio aos Estados a fim de reorganizarem a sua oferta para o Ensino Médio de forma a atender as necessidades dos jovens frente à retomada do desenvolvimento do mercado interno brasileiro. Esta necessidade é explicitada por Winckler e Santagada (2012)²⁷ que em artigo recente, afirmam que frente à retomada do desenvolvimento interno, nos últimos anos, surge um novo modelo de práticas educacionais inclusivas em bases técnicas, científicas e organizacionais, de forma a dar conta das exigências formativas adequadas a essas mudanças. Elas

²⁷ A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo?. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2631/3062>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

contam com o apoio financeiro, ordenador e legislador do Estado, de forma a evitar o que o empresariado já aponta como "apagão da mão de obra".

Percebemos que as tensões e contradições quanto à identidade e o atendimento ao Ensino Médio não se esgotam. Enquanto os formuladores discutem, para este nível da Educação Básica, uma estrutura de Ensino em bases humanistas, associando os conhecimentos científicos às técnicas do trabalho moderno, o Estado não tem conseguido organizar suas instituições educacionais, para o efetivo preparo dos alunos.

2.3 Análise do Colégio Estadual Walter Orlandini (CEWO)

Considerando que o CEWO está situado em um município de baixa renda e baixo investimento educacional, e que o desenvolvimento da cadeia produtiva de Petróleo e Gás que operam em seu entorno traz novas possibilidades de ocupação para os jovens gonçalenses, buscamos verificar as condições para resgatar, no atual momento, a missão que a instituição outrora exerceu: a de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho. Para tanto, investigar as ações da gestão escolar nas dimensões pedagógicas e administrativas, assim como o seu papel de liderança na comunidade escolar que garanta o bom funcionamento enquanto instituição social e produtora de conhecimento, é essencial para uma análise de suas condições de cumprimento de uma nova oferta curricular.

2.3.1 A Gestão Administrativa

As tarefas administrativas estão distribuídas de acordo com a competência de cada setor. A diretora geral da unidade atua em todas as dimensões da gestão, contando com a atuação dos adjuntos, que se subdividem entre o administrativo, o financeiro e o pedagógico. A Secretária é responsável pela escrituração da vida escolar dos alunos, mantém a documentação dos alunos em dia, assim como todo o expediente diário. A mesma disponibilizou o ato de criação, a autorização de cursos e atos normativos da Unidade, informou o quantitativo de alunos e falou do interesse

da comunidade pelo 4º ano de formação Técnica em Contabilidade o que em sua opinião, garante o quantitativo do curso noturno.

A atual gestora assumiu a direção em um momento de crise, quando CEWO estava desorganizado, seu ensino precário, e sua imagem como instituição desacreditada. Período este em que a atual equipe foi muito reticente ao abordar as causas, porém, deixou claro que um gestor não pode estar ausente na sua função e que uma escola não pode ficar à deriva. A atual gestora foi solicitada pelos professores a assumir a direção da escola.

(...) A escola estava no chão, não tinha credibilidade nenhuma, ninguém queria vir para cá, nem trabalhar, nem estudar. Tinha vaga ociosa, devolvendo professor por falta de aluno. Foi um grande desafio. A condição que impus para assumir a gestão da escola foi montar um colegiado. Era fundamental o apoio dos docentes, formar um grupo comprometido em realizar as mudanças necessárias para resgatar a qualidade do trabalho e a credibilidade (Diretora da Escola em entrevista).

A reconstrução de um ambiente de trabalho condizente para o fazer pedagógico surge com a colaboração de um grupo de apoio que assumiu o compromisso, e segundo a Diretora, primeiro teve que reorganizar o administrativo, definindo a atuação de cada profissional. Entre as questões a serem enfrentadas, estavam a melhoria na limpeza e manutenção do prédio, a confecção da merenda escolar, o alto índice de absenteísmo dos funcionários e a indisciplina. Portanto, a reorganização administrativa com definições claras do que competia a cada funcionário fazer e como seria feito foi o primeiro passo. A construção de um novo ambiente de trabalho e uma nova conduta foram definidos, desde o porteiro até a equipe gestora, criando o que Lück define como uma cultura escolar compatível e necessária para um ambiente estimulante ao aprendizado, que segundo ela:

A partir da atuação nesse sentido, orienta o curso dos eventos e ações; ajuda as demais pessoas a fazerem sentido desses eventos, a retirarem lições das ações em que se envolvem, estabiliza as soluções bem-sucedidas disseminando-as; organiza os processos e interações sociais tornando-os estimulantes.(LÜCK, 2009, p.119).

Assim, a orientação do trabalho organizacional da escola se deu de forma efetiva, com o acompanhamento das tarefas e interagindo no que precisava ser melhorado de forma a estabelecer uma nova postura funcional dos agentes da

instituição. A partir da definição dos pontos frágeis, que necessitavam ser melhorados, entre eles; o padrão de limpeza do ambiente escolar, a confecção da merenda, a disciplina, as relações interpessoais envolvendo os funcionários, corpo docente e discente, a comunicação, incluindo aí a visual, foi estabelecendo gradativamente uma nova cultura.

O desafio assumido pela Gestora se traduz hoje em uma escola com um ambiente organizacional propício ao conhecimento. A postura positiva dos alunos e maior envolvimento com as tarefas e atividades curriculares, assim como o compromisso dos profissionais com os resultados, reafirma o poder que a liderança positiva do gestor escolar estabelece em uma instituição. Por isso a importância do papel do gestor na orientação e acompanhamento das realizações, de pequenas tarefas aos grandes projetos. É o que faz a diferença.

(...) Eu comecei a chegar na escola as 6hs da manhã e não ter hora para ir embora, abria e fechava a escola. Junto comigo o grupo do Colegiado e todos com o mesmo empenho de trabalho. Fomos transformando a percepção das pessoas. (...) Não sei como a comunidade percebeu, mas começamos a receber mais alunos. Antes sobrava vaga aqui, hoje é uma disputa por uma vaga aqui dentro. (Diretora da Escola, em entrevista).

O líder é sempre um exemplo a ser seguido pelos seus comandados, portanto, faz-se necessário que ele seja uma pessoa presente, atenta às necessidades, coerente na sua fala e estimulador da sua equipe, o que para Lück se traduz na “competência e na capacidade de influenciar a atuação das pessoas” e que para ela está diretamente ligado a “sua motivação para uma atividade”. Em um ambiente escolar onde vários atores estão envolvidos no processo que deve convergir para ações que de fato promovam o ensino-aprendizagem, a atuação de uma liderança positiva pelo gestor sobre as pessoas promoverá o diferencial no ambiente escolar. Sobre isso diz Lück:

Em suma, as pessoas, com sua competência, comprometimento e capacidade de ação coletivamente organizada, constitui-se na alma da escola e a base para sua capacidade educacional. E é importante o destaque de que as pessoas trabalhando em conjunto, de forma integrada, compartilhando competentemente responsabilidades, que fazem a diferença na qualidade do trabalho educacional promovido pela escola. (2009, p.82)

2.3.2 A Gestão Pedagógica

A gestão pedagógica da Unidade conta com atenção especial da Diretora, com vasta experiência na rede privada onde exerceu a função de coordenadora pedagógica. É ela quem orienta sua equipe pedagógica, acompanha e aprova todo o planejamento de atividades a serem executadas, ficando a cargo das coordenadoras pedagógicas a orientação e suporte aos professores no planejamento das atividades, através de reuniões em que são discutidas as ações, métodos e estratégias da execução do currículo.

As reuniões são previstas em calendário e ocorrem bimestralmente aos sábados em função da necessidade de um tempo maior de discussão e tomada de decisão e também pelo fato de a maioria dos professores trabalharem em outras unidades escolares, o que afeta a disponibilidade de participar das discussões pedagógicas ao longo da semana. No decorrer do bimestre são realizados encontros em tempo reduzido, para ajustes de planejamento e tomada de decisões relativas às questões pedagógicas. Porém, o planejamento coletivo e interdisciplinar com a abordagem dos conteúdos integrando as várias áreas do conhecimento acaba se efetivando através de projetos pensados e previstos no calendário pedagógico anual, onde as áreas convergem em seus saberes para aquele tema.

Todo o trabalho é bem articulado, com cronograma pré-definido e com ampla divulgação entre os discentes. Nas avaliações internas são previstos no mínimo três instrumentos, sendo que dois deles ficam a critério de cada professor e o terceiro previsto no calendário como a "semana de provas", período em que os alunos só realizam as provas em média até três disciplinas ao dia. Para estas avaliações os professores de cada disciplina devem organizar juntos, enviar para a coordenação que analisa a prova e prepara para a impressão. Sobre isso, diz a coordenadora, "com a avaliação diagnóstica da SEEDUC – Saerjinho, orientamos que seja aproveitado os resultados e substituir um dos instrumentos que ficavam a critério do professor, pois o tempo é curto para desenvolver os conteúdos e o aluno não pode ficar sufocado com tantas avaliações". Afinal, a avaliação de um conteúdo trabalhado é sempre um diagnóstico da efetiva aprendizagem, é, portanto, o instrumento que indica a necessidade de replanejar as ações e ou metodologias.

As Coordenadoras Pedagógicas tem uma avaliação positiva do trabalho dos docentes que, segundo elas, são preparados e comprometidos com o aprendizado e a consciência crítica de seus alunos, orientando que os conteúdos sejam sempre

ministrados ao se associar com a aplicabilidade na prática. Mas também temos profissionais que dão um pouco de trabalho e se mostram resistentes, ou inexperientes. Observamos a preocupação das coordenadoras no fortalecimento dos encontros de planejamento e discussão pedagógica, pois estes promovem a troca de experiência dos docentes, maior envolvimento da equipe com a qualidade e com o desempenho dos alunos.

Elas afirmam que os momentos de resistências e tensões, que por vezes se criam, fazem parte do amadurecimento das ideias e das relações para se chegar democraticamente ao consenso, afinal esta escola tem uma tradição de luta pelos direitos. Este é um exercício permanente no fazer pedagógico que extrapola o aprender dos alunos. Esta afirmação se confirma pela fala de um dos professores:

Os alunos do Walter são críticos, exigentes e muito atuantes, tanto para reivindicar, como para realizar as tarefas e projetos. Educamos para que tenham consciência cidadã e saibam exercer estes direitos. Por isto cobramos também e realizamos atividades onde eles exerçam o protagonismo. Eu tenho uma turma de 1º ano que é muito imatura, eles chegam aqui vindos de outras escolas, mas com o tempo eles vão mudando a postura. Mas, a direção também tem um grande controle ela é enérgica. (Professor)

Pelo depoimento do professor podemos perceber o compromisso com uma formação integral e o desenvolvimento da cidadania, presente também no projeto de gestão pedagógica da unidade. O planejamento pedagógico anual da unidade inclui ações e projetos para o desenvolvimento de uma cultura de paz, respeito, valores éticos e humanos, consciência ambiental através de projetos vivenciais que o colégio promove.

Na área de circulação e acesso às salas de aula encontram-se afixados murais informativos e exposição de trabalhos e maquetes. Percebe-se uma boa comunicação e interlocução pedagógica nos projetos e trabalhos realizados. A área administrativa e pedagógica situa-se em salas interligadas facilitando a interação da equipe.

A biblioteca, não se resume em um espaço de pesquisas escolares, mas em um espaço de integração e socialização desenvolvendo projetos diretamente com os alunos em articulação com as áreas do conhecimento. Dentre os projetos apresentados pela bibliotecária, destacam-se:

- 1) **A Semana dos Autores** envolve articulação com Língua Portuguesa e Educação Artística na produção de resenhas e varal de ilustrações.
- 2) **Música na Biblioteca** com a organização de um sarau com os alunos o que contribui para descobrir talentos e agregar valores.
- 3) **O Xadrez na Biblioteca**, contribuindo para uma melhora significativa para o ensino da matemática.

A relação democrática e participativa fica evidenciada com a participação dos alunos na definição dos títulos das obras literárias que serão adquiridos pela Escola no Programa Salão do Livro²⁸.

Estas ações que foram colocadas em prática pela atual gestão vêm resgatando um ambiente propício ao aprendizado e motivador aos jovens pela busca do conhecimento. As decisões são tomadas em conjunto, com a participação de um maior número de pessoas possíveis, garantindo assim, um maior envolvimento na realização das tarefas definidas para execução dos projetos:

Decidimos tudo com o grupo. Por exemplo, temos a Feira Cultural, cada um puxa para um lado. O grupo de Artes apresentou o tema, mas tinha um grupo que não queria. Para se chegar a um consenso foi difícil. Tem que ser discutido com todos para ter adesão. Aí a gente põe em votação. Este ano ganhou Música e Cinema, os alunos saem à campo e produzem coisas lindas.(...) na Feira Multidisciplinar que envolve todas as disciplinas, é um trabalho muito grande. O aluno fica o dia todo aqui fazendo trabalho. A gente define alguns temas, marca-se um dia com os representantes de turma e sorteia os temas por turma e todos trabalham. (Diretora da Escola, em entrevista).

Nota-se que a gestão busca promover o envolvimento do grupo de docentes nas decisões e planejamento das atividades pedagógicas interdisciplinares, apesar de gerar, por vezes, alguns conflitos, é preservada a autonomia e o consenso democrático. E, vale ressaltar que a prática do trabalho coletivo destes profissionais termina produzindo e selecionando conhecimentos, materiais e recursos pedagógicos, de tal forma que eles se tornam produtores coletivos do currículo,

²⁸ O Salão do Livro, faz parte do Programa Estadual de Leitura (PEL), implantado em 2007 no Estado do Rio de Janeiro, com objetivo de estimular a leitura literária entre os jovens. O evento acontece no Centro de Convenções Sul América e possibilita os diretores das escolas da rede, adquirirem os títulos com 30% de desconto.

assim como os alunos são estimulados a produzir conhecimento através dos trabalhos práticos, exercendo o protagonismo e assimilando conhecimentos, valores e atitudes. Como podemos observar na fala dos alunos referindo-se a Feira Multidisciplinar:

O objetivo do trabalho foi criar um produto para vender, e aí pensamos num carro que teria o combustível sustentável, movido à erva doce. Ajudaria no meio ambiente e no dia a dia das pessoas. O desenvolvimento do trabalho ajudou a perceber o quanto propaganda influencia na vida das pessoas. (aluno do 3ºano do CEWO).

Achei muito legal esse projeto, por unir os alunos. É também uma maneira de apresentarmos o nosso conhecimento. O meu tema principal é a revista, passando por sua história, publicidade, linguagem e, principalmente, sua influência na formação de opinião. (aluna do CEWO).

Com o surgimento da internet, as pessoas perderam o hábito de ir ao teatro, porque já podemos assistir tudo online. Mostrando esse trabalho na escola, despertamos o interesse dos alunos. (aluna do 3º ano do CEWO - apresentou a peça "O Teatro e a Vida em Cena").

A oportunidade de participar da Feira é essencial para aprender trabalhar em grupo e também é uma forma de trabalhamos todas as disciplinas de forma interdisciplinar. (aluna do 3º ano do CEWO).

Estes conhecimentos implícitos pela própria forma de organização e estruturação das tarefas definidas para as turmas, as regras e procedimentos, os modos de organizar os espaços e o tempo na escola, vão criando uma noção de pertencimento e vínculo com a instituição escolar, uma cultura de organização e produtividade, além do exercício de cidadania. Vale frisar, que os alunos quando participam e opinam nos títulos literários a serem adquiridos no Salão do Livro, estão vivenciando uma ação democrática, como coparticipantes do processo, além de serem estimulados a leitura.

Com o objetivo de conhecer como o CEWO é percebido por seus alunos e seus professores – tanto em sua vertente pedagógica/ administrativa, quanto na sua capacidade de contribuir para o ingresso do aluno no mercado de trabalho foram realizadas 2 pesquisas – uma junto aos alunos e outra aos professores.

2.3.3. Como a Comunidade Escolar percebe a escola - A perspectiva do aluno com relação ao mercado de trabalho e a sua visão sobre o CEWO

Apresentaremos, nesta parte do nosso estudo, a pesquisa aplicada junto aos alunos a fim de obter uma melhor compreensão de suas percepções e das contribuições dos conhecimentos adquiridos para sua formação. Usando o método qualitativo com a técnica de entrevistas individuais de autopreenchimento e tendo como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado, foram pesquisados 180 alunos CEWO. Todos de 3º ano do ensino médio, estudantes do 1º e 2º turno.

Nesta parte buscou-se levantar o perfil dos alunos em relação à idade, sexo, condição socioeconômica, assim como o nível de escolaridade dos pais e ocupação dos mesmos no mercado de trabalho.

Tabela 2 – Perfil dos Alunos Entrevistados

Sexo	Masculino	39,0%
	Feminino	61,0%
Idade	16 anos	9,4%
	17 anos	61,7%
	18 anos	20,0%
	19 anos	6,1%
	20 anos	1,0%
Acesso à informação	Presença de computador na residência	93,3%
	Conexão com internet na	85,5%
	TV por assinatura	45,6%

Fonte: elaborada pela autora.

O público feminino entre os alunos é predominante, 61% são alunos do sexo feminino e 39% são do sexo masculino. A maior parte da faixa etária está concentrada entre 17 e 18 anos, idade desejável para este ano de escolaridade. Ao verificarmos que praticamente dois terços dos entrevistados estão com 17 anos, corrobora com o fato já mencionado de que a escola tem procurado trabalhar para um bom desempenho dos alunos. Outro fator que chama a atenção é o de que a escola tem atraído alunos que estão dentro da faixa etária ideal para este nível de ensino, o que se aferi como uma conquista de credibilidade pela atual gestão.

No que se refere ao acesso à informação, tendo como base o computador, internet e TV, verificamos que grande parte tem acesso a fontes que proporcionam

uma gama muito grande de informação, pois tanto a conexão com a internet e a TV por assinatura, em casa, proporcionam uma democratização da informação e cultura.

Estes alunos têm pais com nível de escolarização baixa: 78,4% dos pais e 82,8% de suas mães estudaram até o nível médio. Um quadro representativo do desenho sociocultural do município, onde a baixa escolarização reflete também nas ocupações que estas famílias desempenham no mercado de trabalho. Alguns estudos, principalmente a partir da década de 60, feitos por Coleman (1966), Lahire (1997) e Bourdieu (1998) apontam para o impacto do nível de escolaridade dos pais no desempenho dos filhos. Pais com níveis de escolarização mais elevados transferem aos filhos um capital cultural que se tornaria facilitador na compreensão e no desempenho dos saberes escolar. Da mesma forma que nas classes populares em que os pais possuem baixa escolarização, eles não contribuem intelectualmente com os filhos e não transferem a eles visão de futuro e perspectivas profissionais que esses podem alcançar através dos estudos.

Porém, numa instituição com um clima escolar, organizacional e uma cultura focada no desenvolvimento de saberes e no protagonismo dos estudantes, passa a existir valores intrínsecos e contagiantes, e todo o grupo que se beneficia com a troca de informações, novos conhecimentos e novos olhares e objetivos.

Todos os pais dos alunos e 73,9 % das mães são economicamente ativos – 26,1% das mães são do lar. O nível de escolaridade destes pais reflete o nível de ocupação profissional; em sua maioria desempenham ocupações que não necessitam de um nível escolar mais elevado – trabalham na indústria, no comércio, na prestação de serviços, na construção civil; em atividades típicas que necessitam de vínculos empregatícios e outras atividades que não necessitam de qualquer vínculo empregatícios - autônomos; também em linha com o perfil do morador do município de São Gonçalo/RJ, fator que reflete a necessidade dos alunos de receber, no nível médio, uma formação articulada ao mundo do trabalho, pois as famílias não dispõem de recursos financeiros para arcar com os custos de uma formação técnica profissionalizante subsequente ao ensino médio na rede particular.

A lógica que rege a política de Educação Profissional do Brasil desde 1997, é a transferência para a rede privada com a diminuição da oferta de vagas para a rede pública e uma desqualificação das escolas da rede pública para tal função, salvo a

rede federal que manteve o status de excelência, mas com acesso restrito, a uma pequena parcela, devido a concorrência, pela oferta reduzida e a seletividade.

2.3.4 Como o aluno avalia o CEWO

O nível de satisfação dos alunos com o Colégio é alto, praticamente quatro quintos dos pesquisados estão, pelo menos, satisfeitos. Para Lück(2009), um ambiente escolar envolvido por experiências educacionais estimulantes e motivadoras desenvolve o gosto e o hábito de aprender. Observamos que os alunos desenvolvem o senso de pertencimento daquele espaço e elevado grau de motivação demonstrando a assertividade dos gestores.

Tabela 3 - Grau de Satisfação dos Alunos com a Escola.

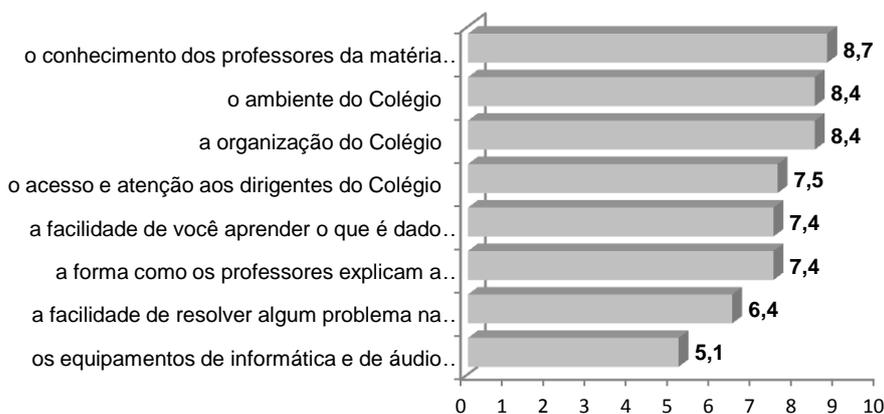
	Total	
Muito satisfeito	32%	83%
Satisfeito	51%	
Nem satisfeito e nem insatisfeito	15%	17%
Insatisfeito	1%	
Muito insatisfeito	1%	

Fonte: Elaborada pela autora

Considerando que 84% dos alunos entrevistado apresentam satisfação com a escola, e que eles estão em término do curso, podemos aferir que os alunos se sentem atendidos em suas expectativas em relação à escola, e ao ambiente ao qual fazem parte. Lück chama atenção que a escola existe em função do aluno e, portanto, "devem ser envolvidos em ambiente e experiências educacionais estimulantes, motivadoras e de elevada qualidade" O jovem enquanto protagonista, com participação ativa nas atividades que lhe transfere conhecimento e participe de tomada de decisões, cria um vínculo com a escola e uma expectativa positiva da representatividade da instituição em sua formação e seu futuro. Esta relação pode ser aferida pelo depoimento da gestora da unidade ao se referir sobre o envolvimento dos alunos nas feiras multidisciplinares nas atividades culturais promovidas pela biblioteca escolar. A transposição do conhecimento adquirido para a realização de atividades práticas eleva a conscientização de suas capacidades e valoração por parte dos alunos da equipe de professores e da instituição.

O grau de satisfação pode ser observado através do gráfico, com notas de 0 a 10, feita para alguns quesitos do Colégio.

Gráfico 6 - Avaliação do CEWO nas questões pedagógicas e organizacionais- com notas de 0 a 10, apresentação em notas médias:



Fonte: Elaborado pela autora

O resultado desta avaliação sinaliza que a gestão pedagógica e o clima organizacional com notas médias superiores a 7, está satisfatória. Reafirmando o que foi explicitado anteriormente na citação de Lück, o foco na motivação em aprender resulta de uma avaliação positiva por parte alunos sobre a qualidade das aulas. Competência dos docentes em relação ao conteúdo ministrado e seu empenho em contribuir com a aprendizagem dos alunos se traduz no reconhecimento e confiança no trabalho do professor.

Entretanto, na opinião dos alunos, há pontos no CEWO que merecem atenção: a secretaria do colégio e os equipamentos de informática e áudio visual usados nas aulas; a dificuldade enfrentada pelos professores em incorporar os recursos tecnológicos, audiovisuais e de informática nas aulas; e a necessidade de capacitação dos profissionais para o uso das mídias educacionais, cabendo à direção criar estratégias que facilitem o acesso e uso dos recursos.

Pelos níveis de concordância das afirmações abaixo, o CEWO também é percebido como capaz de prepará-los para o mercado de trabalho – apesar de todas as deficiências já conhecidas aqui e de todo o potencial não realizado que o CEWO tem para contribuir de maneira mais decisiva.

Tabela 4- O Currículo x Mercado de Trabalho x Universidade:

	CONCORDA	NEM CONCORDA DISCORDA	NEM DISCORDA	DISCORDA	NÃO RESPONDEU
<i>...me sinto capaz para me candidatar a um emprego</i>	92%		4%	3%	1%
<i>...acho que estou preparado para obter uma boa nota no ENEM</i>	67%		21%	10%	2%
<i>...o nível daqui de ensino deste colégio me dá chances reais de entrar em uma faculdade pública</i>	68%		13%	17%	2%
<i>...para conseguir um emprego vou precisar vou precisar fazer algum curso técnico</i>	55%		14%	29%	2%
<i>...estudar aqui, neste colégio, é importante para ter boas oportunidades de emprego</i>	56%		22%	21%	1%
<i>...o colégio contribuiu ampliar a minha visão de futuro</i>	69%		14%	12%	5%

Fonte: Elaborado pela autora

Praticamente a totalidade dos alunos da CEWO – 92% - entende que a conclusão do ensino médio é a chave para entrar no mercado de trabalho. Esta expectativa, provavelmente, está fundamentada na experiência que o aluno vive ao seu redor: o certificado de conclusão do curso de ensino médio o deixa apto a candidatar-se a uma ocupação profissional com a esperança de melhores oportunidades profissionais, ainda que a princípio esteja exercendo alguma atividade menos valorizada.

Entretanto, a expectativa positiva diminui quando o aluno fica diante de situações que o seu conhecimento adquirido no ensino médio é colocado em teste: “prova do ENEM” e “vaga em uma faculdade pública” – 67% acreditam ter chance de tirar boas notas no ENEM e 68% afirmam ter capacidade para ingressar em uma faculdade pública. Esta queda de expectativa pode estar intimamente ligada a uma consciência de que a qualidade do ensino recebido não é o suficiente para atingir tais objetivos. A expectativa abaixa ainda mais quando questionados quanto à possibilidade de conquista boas oportunidades de emprego – 56%. Este decréscimo sinaliza que, apesar de valorizado, o ensino ministrado pela CEWO não cria um diferencial e nem é suficiente para estes alunos, a ponto de poderem disputar vagas mais especializadas no mercado de trabalho.

Este raciocínio é validado na necessidade apontada por 55% dos alunos entrevistados em fazer um curso técnico para conquistar um emprego. Quando se detalha melhor o nível de concordância destas sentenças, nota-se que os que concordam em parte estão em maior número com os que concordam totalmente. Os alunos gozam do que poderíamos chamar de expectativa positiva em relação a sua

formação. E quando se detalha melhor o nível de concordância destas sentenças se tem parcelas mais significativas de alunos que concordam – concordam totalmente.

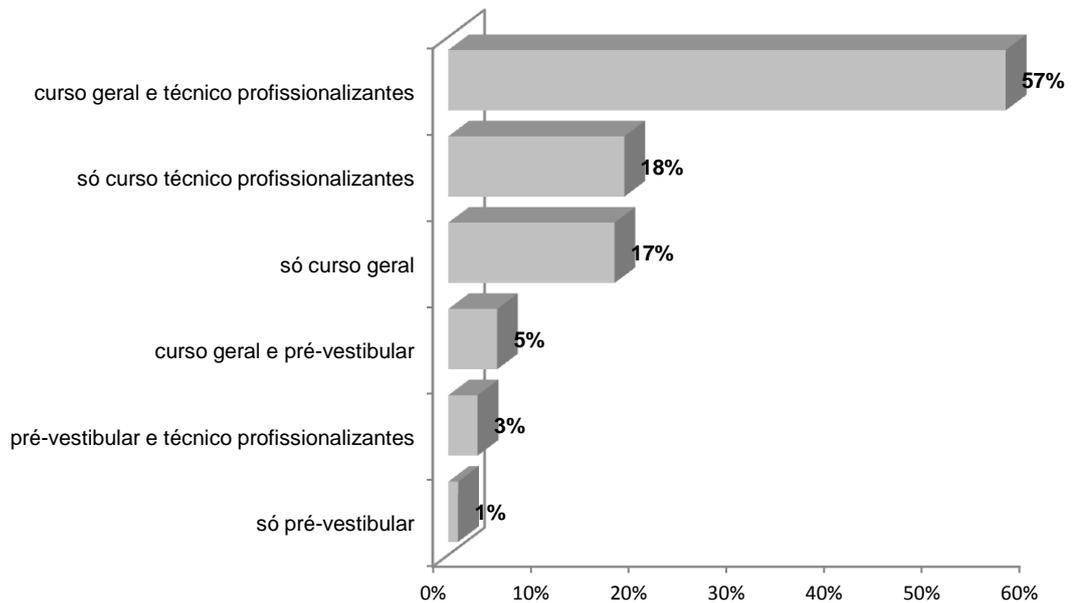
Constatamos que os alunos têm um elevado grau de satisfação em relação à qualidade do ensino ofertado. Dois terços sentem-se preparados para conquistar uma vaga na universidade. Apesar de sentirem-se capazes para candidatar-se a uma vaga de emprego, 68% consideram a necessidade de uma formação técnica para conquistar uma vaga no mundo do trabalho.

Ao investigar como o aluno busca se preparar para o mercado de trabalho, constatamos que 92% dos alunos fazem ou já fizeram algum curso extracurricular, demonstrando, pois, a percepção dos alunos em ampliar seu currículo para uma vaga no mercado de trabalho. As relações destes cursos revelam uma gama variada, porém com predominância para os cursos de informática 64% e língua inglesa 51%, cursos que desenvolvem capacidades e habilidades necessárias para o desempenho de qualquer função no mundo moderno.

Dos cursos extracurriculares já realizados ou em curso pelos alunos, depreende-se 3 comportamentos distintos dos alunos, 3 tipos de objetivos:

- 1) Os cursos que os **enriquecem como pessoa** que podem torná-los mais aptos a desenvolverem suas tarefas pessoais e profissionais (independente da natureza da profissão a ser escolhida), são mais generalistas.
- 2) Os cursos de um retorno de médio e curto prazo, os **cursos profissionalizantes** capazes capacitá-los e abrir acesso praticamente imediato para o mercado de trabalho.
- 3) E o curso preparatório para o acesso à universidade.

Partindo deste princípio, formado por estes 3 grupos, fica evidente que a real necessidade do aluno da CEWO é se instrumentalizar para a entrada no mercado de trabalho 78% buscam ou buscaram um curso técnico profissionalizante. Até mesmo junto aos que cursam o pré-vestibular – 9% - tem uma parcela que também cursa ou já cursou um curso técnico profissionalizante.

Gráfico 7 - Cursos extracurriculares que os alunos frequentam

Fonte: Elaborado pela autora

A realidade econômica destes alunos não os permite optar apenas por um tipo de curso, a combinação de tipos de cursos – geral e/ou técnico profissionalizante sinaliza que para grande parcela dos alunos entrar no mercado de trabalho é, além de uma opção de sustento familiar, um caminho que o permita ingressar no curso universitário.

Os cursos que os enriquecem como pessoa são principalmente o de informática e o de inglês – exigências que, no dia a dia, possibilitam um maior e melhor desempenho em qualquer função seja de natureza pessoal ou profissional - cuja procura por esses cursos mostra um aluno consciente que estas competências são necessárias para o mundo do trabalho e a utilização da informática e tecnologias foi apontado como deficiente na CEWO.

Tabela 5 - Cursos de Enriquecimento Pessoal

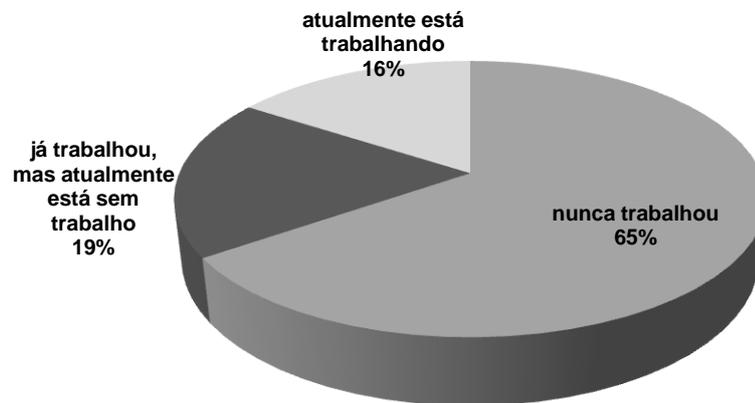
Informática	64%
Inglês	51%
Espanhol	4%
Teatro	2%
Francês	2%
Música	1%
Italiano	1%
Empreendedorismo	1%
Técnicas de redação	1%

Fonte: Elaborado pela autora

Os cursos técnicos profissionalizantes procurados, diferentemente do anterior, são mais diversificados. A oferta recente pelo SENAI/PRONATEC carece de um trabalho de divulgação e orientação das profissões que contemple as características de cada curso, o perfil do trabalhador, as oportunidades do mercado de trabalho local e no entorno.

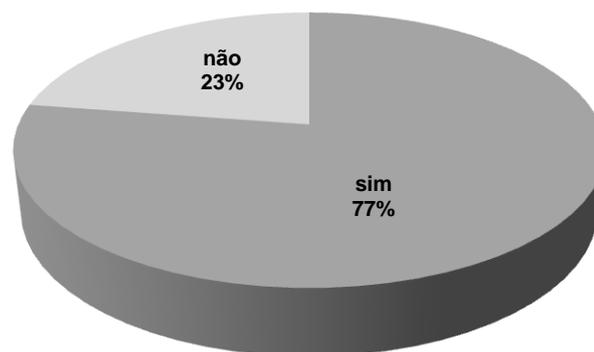
Estes cursos, apesar de diversificados, constam no CNCT (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos), basicamente em 5 grupos: a) controle e processo industrial, b) infraestrutura, c) serviços, d) gestão e e) negócios e informação e comunicação. Áreas predominantes na geografia econômica do município de São Gonçalo e sua Região Metropolitana. Uma parcela equivalente a um terço dos alunos pesquisados já entraram no mercado de trabalho, independente de estarem ou não ativos na época da pesquisa.

Notamos o quanto passa a ser significativo atender ao mercado de trabalho local com cursos técnicos profissionalizantes, pois além desses cursos já estarem inseridos no cenário e no repertório de atividades conhecidas e reconhecidas pela sociedade local, a mobilidade de parcela da população em sua Região passa a ser mínima, já que há mais pessoas fixas na comunidade, os postos de trabalho estão próximos as suas casas, e, logo, diminui-se a locomoção entre residência e local de trabalho, amenizando assim, as horas gastas com o transporte urbano.

Gráfico 8 - Alunos que exercem Atividades Remuneradas.

Fonte: Elaborado pela autora

A maior parte dos alunos que tem ou já tiveram alguma atividade remunerada fizeram ou fazem algum curso extracurricular, o que evidencia mais uma vez que o ensino médio regular não qualifica para desempenhar funções demandadas pelo mercado profissional. A oferta, portanto, de um currículo em bases técnicas concomitante, atenderia a necessidade dos alunos.

Gráfico 9 - Fizeram ou fazem curso extracurricular

Fonte: Elaborado pela autora

A relação de atividades profissionais desenvolvidas ou em desenvolvimento por parte destes alunos são diversificadas e não requerem um conhecimento técnico mais profundo, tal qual já se observou nas atividades profissionais exercidas pelos seus pais. Entrar no mercado de trabalho sem ter concluído ensino médio é uma necessidade socioeconômica, e a falta de qualificação faz com que esta mão de

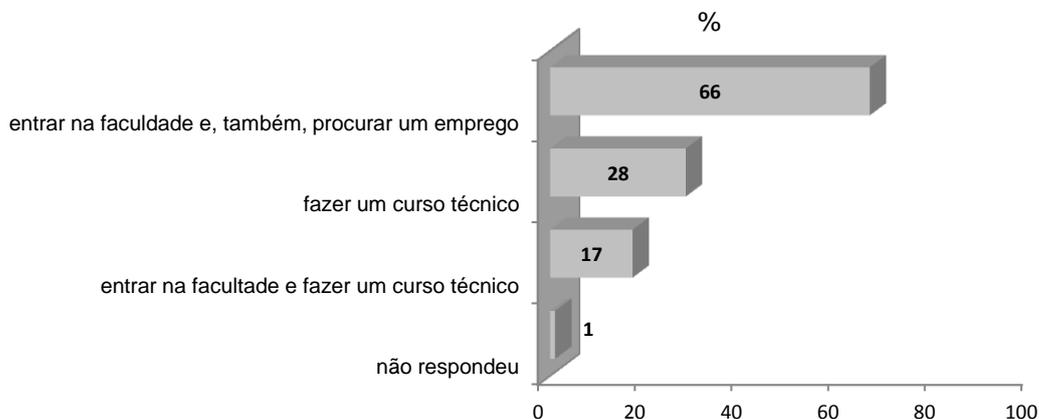
obra seja absorvida pela atividade de baixa remuneração. Este tipo de combinação, estudo x trabalho, não agrega conhecimento nem relaciona o estudo acadêmico com a vivência profissional – teoria *versus* prática. Uma relação que não contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno.

Aos alunos que nunca trabalharam foi perguntado em que pretendem trabalhar. Observou-se que existe uma diferença entre o padrão de atividades exercidas pelos alunos que já trabalham e as atividades desejadas pelos os que ainda não trabalham. Este segundo grupo tem uma perspectiva mais positiva frente ao primeiro que já está no mercado de trabalho.

Aqueles que ainda não trabalham geram uma relação de atividades também diversificada, e em linha com a relação de cursos técnicos que cursam ou cursaram, de forma que as áreas de interesses para trabalhar são consonantes com os cinco grupos de cursos técnicos profissionalizantes do CNTC.

Seguindo uma prática natural no atual modelo educacional, o curso universitário é o mais desejado – por isso é o verbalizando como próximo passo dos alunos.

Gráfico 10 - Projeto para o próximo ano:



Fonte: Elaborado pela autora

Dos alunos entrevistados verificamos que 83% consideram o ingresso à faculdade, 66% pensam em procurar um emprego e 45% tem planos de fazer um curso técnico. Vale a pena observar que o ingresso à faculdade, apesar de um forte desejo, é uma hipótese que para ser concretizada há condicionantes: o concurso de seleção, a disponibilidade financeira, o que para a maioria, implica a necessidade do emprego concomitante.

2.3.5 O professor do CEWO – como ele avalia a unidade de ensino e como se percebe na função de preparar o aluno para este nível de ensino

Através de um questionário de autopreenchimento os professores do 3º ano do ensino médio avaliaram o CEWO. No entanto, devido a baixa quantidade de entrevistas não é possível dar à estes resultados uma tratamento quantitativo. As implicações a seguir revelam mais uma tendência ou uma sinalização, do que a uma certeza. Seguindo a mesma linha investigativa aplicada aos alunos, procurou-se desenhar o perfil dos profissionais, nível de formação e integração com o trabalho da escola, com as diretrizes e parâmetros definidos para este nível de ensino, assim como a aplicabilidade das metodologias para o desenvolvimento das competências definidas para o Ensino Médio.

São professores que tem grande experiência na profissão, dos 12 entrevistados, 9 deles tem mais de 5 anos de profissão, e, pelo tempo que fazem parte do quadro de professores do CEWO, a grande maioria conhece bem o Colégio, seus pontos fracos e fortes.

Parcela importante dos professores respondentes exercem atividades profissionais em outros locais. Em sua maioria acumulam em outras instituições de ensino da rede estadual uma carga horária de trabalho intensa, o que caracteriza uma situação dicotômica; se por um lado trabalhar em outra instituição de ensino enriquece o sua experiência profissional, por outro, a grande carga horária trabalhada dividida em instituições distintas somadas ao tempo de deslocamento são fatores que comprometem o tempo destinado ao planejamento das aulas e a disponibilidade de um planejamento conjunto com seus pares.

Colocando em ordem de importância as suas atribuições, o professor elenca como suas duas principais atribuições: ensinar da melhor forma e formar um cidadão. Considerando que para o Ensino Médio, a LDB aponta em seu art. 35 o desenvolvimento cognitivo, entendendo como a consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, o aprofundamento dos saberes para a preparação básica do educando para o trabalho e a cidadania através da compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina, incluindo a formação ética e autonomia intelectual. No entendimento dos professores, ensinar da melhor forma, com foco na aprendizagem é a garantia do preparo dos jovens para a continuidade dos estudos e ou exercer sua função social.

Quanto ao ingresso no mercado de trabalho, os professores apontam para a necessidade da formação técnica que desenvolvam habilidades específicas e percebem que os alunos tem pouco interesse com as aulas. Porém, ele não se percebe como corresponsável pelo envolvimento do aluno com os saberes e sua relação com o mundo prático. A relação da educação *versus* trabalho não está dissociada da proposta do Ensino Médio, portanto, a retomada deste olhar do profissional no seu fazer diário trará novo sentido destes conhecimentos para o aluno.

Tabela 6 - Avaliação do Currículo na visão do Professor

	CONCORDA	NEM CONCORDA NEM DISCORDA	DISCORDA	NÃO RESPONDEU
Capacita o aluno a se candidatar a um emprego.	5	2	5	
Capacita o aluno a obter uma boa nota no ENEM	4	1	7	
Dá chances reais de entrar em uma faculdade pública.	4	1	5	2
Para o aluno conseguir um emprego precisa fazer algum curso técnico.	6	2	4	
Os alunos estão sempre interessados nas matérias dadas em sala aula.	0	0	12	
Base – total da amostra - 12				

Fonte: Elaborada pela autora

Diferente do posicionamento dos alunos, os professores não avaliam positivamente o currículo escolar e, considera que não prepara os alunos para um bom desempenho na avaliação do ENEM, e para o ingressar no mercado de trabalho todos os professores entrevistados apontaram a necessidade do curso técnico. Os Professores, avaliam o CEWO positivamente, a área mais frágil são as reuniões pedagógicas consideradas pouco produtivas. Outro dado que chama a atenção, apontado pelos professores, é a falta de interesse dos alunos em relação aos conteúdos ministrados em sala de aula. Alguns professores citaram que os alunos não gostam de estudar e de ler. Porém, quando realizam trabalhos, surpreendem pelo envolvimento e criatividade.

Tabela 7 - Avaliação do CEWO nas dimensões Pedagógicas e Administrativas pelo Professor

Avaliação com notas de 0 a 10 para todos os atributos	Nota média
A disponibilidade de usar os laboratórios da escola	9,17
A gestão da escola	8,92
Entrosamento com os demais professores	8,92
Entrosamento com os gestores do Colégio	8,83
O apoio da direção do Colégio para as aulas extras classes	8,75
A disponibilidade de usar os recursos audiovisuais para dar aula	8,00
Suporte para orientar/ operar equipamentos	7,50
A produtividade das reuniões pedagógicas	6,67
Total	10 pontos

Fonte: Elaborada pela autora

A pouca participação dos professores nas reuniões pedagógicas reforçam a existência de restrições a estas reuniões, apesar de mais opiniões positivas que negativas. As restrições referem-se à disponibilidade de tempo, objetividade das reuniões e comprometimento dos demais profissionais. No entanto, reconhecem que estas reuniões podem contribuir para um melhor desempenho de suas funções. Interessante, neste ponto, é o fato de que as coordenadoras pedagógicas atribuem uma maior expectativa ao desempenho dos professores, e consideram que as tensões fazem parte do crescimento do grupo.

A desarticulação da estrutura funcional sofrida pela rede de ensino pública nos últimos anos corrobora para a desvalorização pelos profissionais do planejamento pedagógico em conjunto. A falta de tempo por atuar em outras escolas, que em alguns casos não possuem a figura do coordenador, e portanto, não conseguem realizar a articulação do trabalho, cria a ideia de ser desnecessário este acompanhamento, uma vez que um trabalho planejado, articulado dentro de um cronograma previamente definido envolve necessariamente compromisso do profissional na realização dentro do prazo da escola e não dentro do prazo dele.

Apesar do esforço da equipe em reunir o máximo de professores, realizar reuniões bimestrais aos sábados para atingir um maior número, um percentual significativo não participa e acaba passando por um acompanhamento individual pela coordenação, perdendo assim uma oportunidade valiosa de discussão, troca de experiência em realizações bem sucedidas nas metodologias aplicadas.

Tabela 8 - Participação dos Professores nas Reuniões Pedagógicas

Participação em reuniões pedagógicas	Freq.
SIM	7
NÃO	5
Base total de entrevistados	12

Fonte: Elaborada pela autora

Os professores demonstram consciência da importância das reuniões pedagógicas, da troca de experiência e tomada de decisão no planejamento coletivo, para uma maior interação entre as disciplinas. No entanto, como já foi citada, a falta de disponibilidade de horário compromete sua participação.

Tabela 9 - Avaliação do Professor das Reuniões Pedagógicas

Pontos positivos	Freq.	Pontos negativos	Freq.
Criar ações interdisciplinares/ interação interdisciplinares	2	Disponibilidade de tempo	2
União dos professores/ entrosamento	2	Falta de comprometimento dos colegas	1
Trocar experiências	1	Falta de objetividade	1
Conhecer os problemas da equipe	1	Burocracia	1
Buscar informações para melhorar o rendimento dos alunos	1		
Planejamento	1		
Integração	1		

Fonte: Elaborada pela autora

O Ensino Médio Integrado ao curso técnico profissionalizante, segundo os professores, é um tema controverso – por um lado é percebida a sua importância para os alunos, por outro veem que há necessidade de recursos humanos e materiais para implementar o projeto.

Neste sentido, verifica-se que é necessário uma releitura e aprofundamento das diretrizes curriculares para o Ensino Médio de forma a aprofundar e se apropriar dos objetivos, da realidade do contexto em que ele trabalha, para uma participação mais consistente nas discussões e proposta curricular.

Tabela 10 - A Oferta do Ensino Profissionalizante na Rede Estadual

	CONCORDA	NEM CONCORDA NEM DISCORDA	DISCORDA
Ensino médio integrado a educação profissionalizante atenderia melhor a necessidade dos alunos.	9	1	2
As escolas da Rede Estadual não têm recursos materiais para oferecer educação profissionalizante que capacite o aluno para o mercado de trabalho.	2	4	6
As escolas da rede estadual não têm profissionais para oferecer educação profissionalizante que capacite o aluno para o mercado de trabalho.	0	4	8
Para o aluno de a Rede Estadual prepará-lo para o mercado de trabalho é tão importante quanto prepara-lo para ingressar no curso superior.	6	3	3
Não é papel do Colégio da Rede Estadual preparar o aluno com um curso de ensino médio integrado a educação profissionalizante	2	3	7
Não acredito no curso de ensino médio integrado a educação profissionalizante, as tentativas anteriores foram frustradas	2	4	6

Fonte: Elaborada pela autora.

O professor não concorda que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) estejam de acordo com a realidade de seu aluno. Os que defendem os PCNs, a minoria, declaram que o mesmo permite que o professor molde o currículo de acordo com a realidade do aluno. Em contrapartida, a maioria, que discorda que os PCNs atendem as necessidades do aluno devido a grande variedade de realidades abarcadas no nosso vasto espaço territorial brasileiro; acreditam que é um projeto utópico de pouca viabilidade para ser posto em prática.

Tabela 11 - Por que não Concordam com os PCNs

Razões por não concordar que os PCN atendem a realidade do aluno	Freq.
País amplo de realidades diferentes	2
Acredito ser utópico	1
Na prática não é viável	1
São conteúdos pouco integrado à realidade	1
Não respondeu	5
Não concordam que os PCN atendem a realidade do aluno	9

Fonte: Elaborada pela autora.

Verificamos uma contradição, e como já citado anteriormente, faz-se necessário uma melhor apropriação da legislação, para um maior embasamento das finalidades dos PCNs. O professor deve ter muita clareza das finalidades do que ensina, como ensina, para quem ensina e para quem ensina. A identidade do Ensino Médio passa, primeiramente, pela preparação e discussão da equipe de profissionais do que se propõe e os meios para sua execução.

2.3.6. Considerações sobre a investigação

O estudo realizado aponta para uma escola que sofreu ruptura em sua proposta pedagógica, uma desestruturação administrativa/pedagógica que teve como reflexo a perda sistemática de alunos, devido a ausência de credibilidade da instituição perante à comunidade. No entanto, verificou-se que na atual gestão se reestruturou administrativa e pedagogicamente, recuperando o status de boa escola.

As investigações apontam para nossa hipótese inicial, de que as ações gestoras que se efetivaram no âmbito da unidade escolar foi preponderante para reverter o quadro que havia se instalado. As definições claras das competências do conjunto de funcionários, incluindo a equipe técnica e pedagógica, o acompanhamento sistemático do trabalho e das ações desenvolvidas, a presença efetiva da equipe gestora no dia-a-dia atuando em todas as dimensões, possibilitou em cada um e no grupo como um todo, a responsabilidade e compromisso com a instituição e com a sua tarefa em particular de educar.

Ao criar o colegiado e optar por uma gestão integrada, criou-se um bom clima institucional e relacional entre todos os atores envolvidos no processo educacional, além de trazer a tona, a responsabilização de cada um na efetivação da proposta da instituição escolar, em reerguer a escola e oferecer um ensino de qualidade.

Na dimensão pedagógica, observamos que a escola tem buscado superar as dificuldades postas pelos profissionais para a efetivação das discussões curriculares e planejamento coletivo, mas ainda precisa avançar e trabalhar com os professores para uma maior adesão às mesmas. Faz-se necessário rever a legislação vigente, garantir um amplo domínio dos profissionais sobre as Diretrizes e Parâmetros Curriculares, os descritores e as competências elencadas para este nível de ensino.

A equipe de coordenadoras tem uma avaliação positiva dos profissionais, um bom domínio dos conteúdos trabalhados, porém, há a necessidade de uma maior união ao planejamento estruturado em conjunto. Orientação e apoio nas metodologias e estratégias utilizadas nas aulas incorporando a utilização das tecnologias educacionais disponíveis na escola, de forma a permitir que esses recursos venham colaborar com o professor, dinamizar as aulas e despertar maior interesse dos alunos, assim como uma maior utilização dos espaços dos laboratórios disponíveis como vivência e experimentação prática dos conteúdos e conceitos trabalhados em sala de aula.

Na pesquisa com os alunos constatou-se que avaliam positivamente a instituição. Eles têm alto grau de confiabilidade na capacidade e conhecimento transmitidos pelos professores, ressaltando a importância no aspecto pedagógico, dos projetos interdisciplinares desenvolvidos pela escola. Porém apontam a pouca utilização de recursos tecnológicos disponíveis e do Laboratório PROINFO. Sentem ainda, necessidade de complementaridade do currículo em cursos externos, como informática e língua inglesa e cursos técnicos voltados ao mercado de trabalho.

Ao verificar as legislações e as políticas e programas na Esfera Federal e em curso no Estado, constatamos que a escola tem amparo para oferecer um Ensino Médio Integrado a Educação Técnica Profissionalizante atendendo aos anseios dos alunos, na conquista de maiores oportunidades.

Diante de todos os fatores elencados neste estudo sobre o desempenho da unidade escolar, podemos citar o crescimento gradativo em seus indicadores de qualidade, a capacidade técnico administrativa dos gestores, o reconhecimento dos alunos e da comunidade que vem validar o trabalho da equipe escolar. Esses fatores, somados a sua estrutura física com laboratórios para atividades práticas das disciplinas da área das Ciências e Tecnologias, diferencia o Colégio da maioria das escolas da rede, e credencia a mesma a assumir uma proposta curricular mais ampla agregando conhecimentos do mundo do trabalho.

3 A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO PROFISSIONALIZANTE NO COLÉGIO ESTADUAL WALTER ORLANDINI

Uma instituição de ensino pública é, por força de lei, um ente marcado pela multiplicidade, ao mesmo tempo em que está definida como unidade com relativa autonomia. Tem suas ações baseadas nas demandas imediatas e mediatas de sua comunidade e é, objetivamente, parte de um sistema maior que tem seu funcionamento organizado segundo princípios gerais aplicados a toda administração pública.

Esse espaço de contornos específicos mantém uma rotina onde na mesma medida, dialogam questões ideológicas próprias da liberdade do fazer pedagógico e pontos operacionais objetivos, marcados por uma rotina funcional e diretrizes legais.

Nesse contexto particular repousa a presente pesquisa, ou seja, no cotidiano educacional historicamente construído do Colégio Estadual Walter Orlandini. O entendimento desse cotidiano se dá através da perspectiva histórica e está vinculado à percepção da escola como espaço, em que uma identidade maior se forma da interação, é onde o fazer humano, com base em suas demandas próprias ganham forma. Rocha Júnior (2004) assim explica a questão,

O cotidiano será identificado aqui, em princípio, como “território”. Configura-se assim um “lugar”: espaço e tempo construídos. Como resultado de um processo de socialização em que uma forma específica de interação que relaciona o “indivíduo” ao “grupo” ocorre, engendrando personalidades, capacidades e comportamentos que se misturam em disputa pela escolha dos traços identitários, forma-se ali uma marca que transforma o “espaço” (geográfico, geométrico, variável de tempo) em “lugar” (simbólico) (ROCHA JUNIOR, 2004, p. 02).

O autor destaca ainda que o cotidiano “define-se assim por um lugar onde age o indivíduo tornando humana a sua vida. Dialoga o cotidiano com o estranho e o diferente, mas é somente diante destes que se reconhece.” (ROCHA JUNIOR, 2004, p. 02)

E é exatamente sobre essa teia de relações, onde o político-institucional e o pessoal se integram em movimentos, ora de estranhamento e ora de reconhecimento, que repousa a presente pesquisa. Dessa forma a mesma buscou

através de uma análise sistemática descrever a identidade institucional desse órgão que é o CEWO, de como sua comunidade escolar o visualiza e suas perspectivas no contexto social na qual repousam.

No primeiro capítulo buscou-se fazer uma revisão histórica das reformas educacionais que deram origem a criação da escola como um centro integrado profissionalizante e as reformas que se seguiram alterando a oferta curricular da unidade. Procurou-se levantar as políticas e programas vigentes em âmbito Federal e em curso para esta modalidade no Estado do Rio de Janeiro para que, em face do crescimento econômico da região, a escola possa preparar melhor seus alunos para se beneficiar deste crescimento.

No segundo capítulo, a investigação consistiu em uma pesquisa de campo utilizando entrevista com roteiro semiestruturado e questionários de auto aplicação, que possibilitaram uma visão mais detalhada da ação da equipe gestora, dos docentes e suas práticas, o grau de satisfação dos alunos com a escola e os conhecimentos recebidos, assim como perspectiva de futuro dos discentes. A partir dos estudos e resultados, aferiram-se as reais condições da escola e os anseios do público.

Neste terceiro capítulo de caráter propositivo será desenhada um Plano de Ação Educacional (PAE) com objetivo de reestruturação curricular do Colégio Estadual Walter Orlandini, objetivando a revitalização e operacionalização do seu potencial físico em favor de seu público, tomando por base o resultado da pesquisa realizada.

3.1 Objetivos e Apresentação do caso

O CEWO, como já esclarecido anteriormente, é uma instituição que teve o ensino voltado, em sua criação, para o atendimento das demandas da formação profissional em bases tecnicistas. Assim, um de seus grandes desafios é o de construir uma proposta de qualidade que promova o diálogo entre as competências e habilidades próprias da Educação Profissional juntamente com as perspectivas e objetivos específicos das disciplinas da Base Nacional Comum.

A formação aqui, por sua característica, tem um caráter integrador, onde o propedêutico e o prático coexistem em relação de interdependência mútua, exigindo de toda a instituição de ensino e sua comunidade, um conjunto de ações direcionadas que permitam o alcance de seus objetivos. Para tanto, o Projeto Político Pedagógico, deve ser construído com a participação da comunidade escolar considerando o planejamento coletivo das disciplinas como meio de integrar os saberes numa relação constante entre teoria e prática.

O que se propõe diante deste contexto é a integração criativa e efetiva entre os conhecimentos próprios da base comum do currículo e a perspectiva prática e laboral do currículo profissionalizante, os quais, através de um trabalho vivenciado na vertente prática, por meio de projetos experimentais, promoverão a ampliação dos conhecimentos teóricos da base comum e os específicos de caráter profissionalizantes integrado ao currículo.

As políticas e programas vigentes em âmbito Federal e em curso para esta modalidade, no Estado do Rio de Janeiro, nos apontam a existência de um amparo legal que permite redesenhar uma política educacional capaz de garantir uma escolarização de qualidade no Estado e evitando o descompasso com o crescimento econômico e a exclusão dos jovens do mercado de trabalho por falta de qualificação. Há de se considerar, que esse redesenho não irá comprometer ou desqualificar a base comum do currículo, outrossim, reforçar os conteúdos e conceitos trabalhados na base comum da matriz curricular, através de aplicação prática dos conhecimentos e ampliar esses transversalmente em diversas técnicas aplicadas nas ocupações do mundo do trabalho. Este princípio da politécnica, já citado por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Saviani (2003), garantiria uma formação de nível médio de qualidade e, não um mero treinamento de técnicas.

Seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não se deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 35).

A qualidade do Ensino Médio, portanto, para os jovens das camadas menos favorecidas, está justamente em oportunizá-los, através dos estudos, a vencer as

barreiras impostas pela falta de conhecimento e a conquistar a mobilidade social através do exercício do trabalho.

Esta preocupação se traduz também nas políticas públicas de educação desenhada na esfera federal com o objetivo de apoiar os Estados técnica e financeiramente, para colocar em curso o alinhamento da educação como propulsora de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e o social. Diante disso, o Plano de Intervenção se constitui em uma ampla reestruturação na escola e da oferta do Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante.

3.2. Plano de Ação

Para a implementação desta proposta na escola, será necessário uma revisão integrada e estrutural que passe pelo todo, desde a dimensão da gestão política administrativa da rede de competência da SEEDUC/RJ, até as mudanças de paradigmas no redesenho das práticas pedagógicas na unidade.

3.2.1 Gestão da Rede

A competência da criação, organização ou alteração da oferta de uma modalidade de ensino é do órgão central SEEDUC/RJ e atos regulatórios do Poder Executivo, seu representante. Sendo assim, o Secretário de Estado de Educação assumiu o compromisso de elevar os índices da qualidade da educação pública fluminense. Foi implantado na Rede um Planejamento Estratégico priorizando competências para funções de gestão pedagógicas e administrativas através do processo seletivo que contempla; a) análise de perfil, b) formação continuada e permanente de professores, c) elaboração de um currículo base, d) avaliação bimestral diagnóstica com o objetivo de corrigir em tempo as defasagens, e) criação de um indicador de resultados por escolas (IDERJ) com metas definidas e a implantação da Gestão Integrada da Escola - GIDE instrumento de acompanhamento e monitoramento dos resultados e fatores que exercem influência sobre estes.

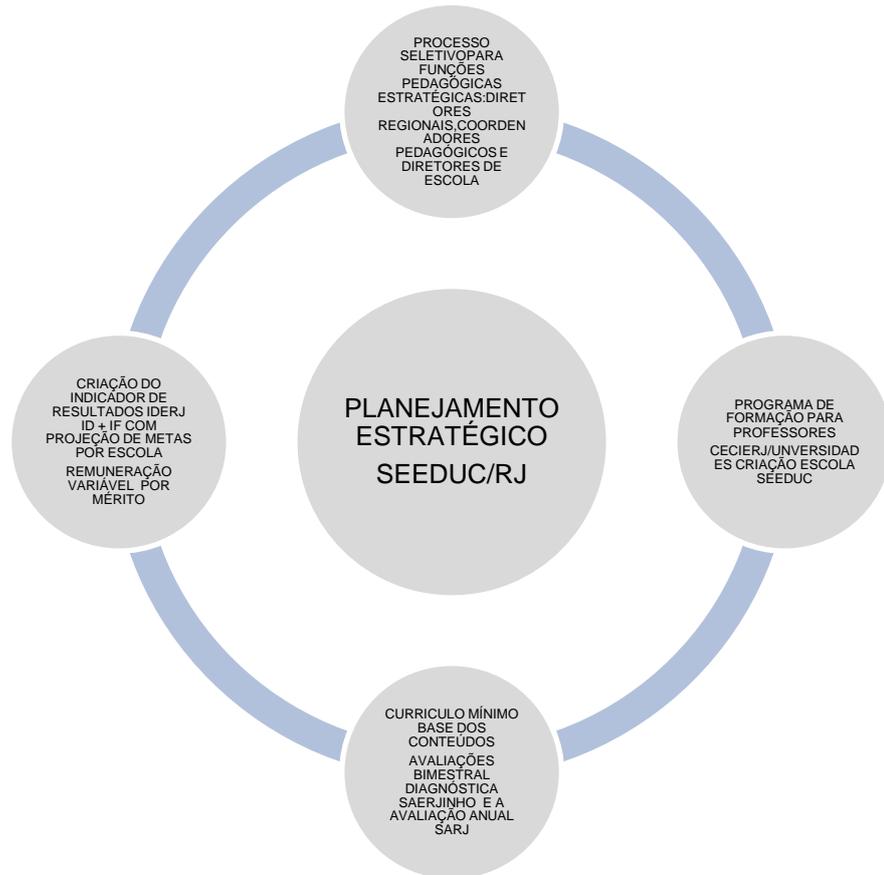


Figura 1 - Planejamento Estratégico SEEDUC/RJ

Fonte: Elaborado pela autora

Essas mudanças conferem um caráter gerencial à gestão escolar, tendo o resultado da qualidade educacional como finalidade maior e criando na gestão macro e na gestão escolar, a cultura do planejamento através de metas e resultados.²⁹

Outrossim, confere à Unidade de Ensino em estudo, a apropriação e o domínio da utilização de ferramentas que lhe darão suporte para que a gestão da escola possa assumir uma proposta pedagógica por meio do desempenho dos alunos, a fim de que, eles conquistem respaldo do mercado de trabalho.

O Ensino Médio, tem sido uma das metas na agenda da SEEDUC/RJ, que tem buscado inovar através da diversificação da oferta, e atender aos alunos que buscam diferentes caminhos, ampliando as possibilidades do Ensino Médio Integrado com o Profissionalizante, além da ênfase em línguas estrangeiras com

²⁹ Para mais informações ver a revista Em Aberto 72 – LÜCK, Heloísa (org). **Gestão Escolar e Formação de Gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000295.pdf>. Acesso em 6 de outubro de 2013.

financiamento da própria rede e em parcerias privadas. Estes modelos denominados *Dupla Escola*³⁰, busca imprimir a marca da qualidade e o acesso às vagas através de processo seletivo. Outro modelo de Escola em horário Integral é o *Ensino Médio Inovador*³¹ - ProEMI em parceria e financiamento através do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.

Acompanhando as demais ações e adesões da SEEDUC/RJ aos programas educacionais do governo federal, a adesão da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro ao *Programa Brasil Profissionalizado* viabilizaria a oferta do Ensino Médio Integrado ao Técnico Profissionalizante no Colégio Estadual Walter Orlandini e poderia ser estendido a outras Unidades que oferecem esta modalidade na rede como é o caso do Centro Interescolar Estadual Miécimo da Silva (Campo Grande) e o Colégio Pedro II (Petrópolis).

A proposta de uma educação em bases científica e humanística articulando os conteúdos da base comum com os específicos da base técnica desenvolvendo habilidades pró-ativas vem ao encontro do que se propõe para a educação no CEWO. A SEEDUC/RJ como agente integrador e mediador junto ao MEC e à SENTEC irá operacionalizar a linha de financiamento do programa e o apoio técnico e operacional na consecução do programa.

3.2.1.1 Linhas de Ação

- ✓ Adesão ao Plano de Metas Compromisso *Todos pela Educação*.

O Plano de Metas, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Nele está contido o conjunto de Diretrizes norteadoras da ação de todos os parceiros. Entre as ações, estão incluídas a reorganização e distribuição de recursos voluntários do MEC.

³⁰ *Dupla Escola* significa duas vezes escola: jornada dupla. E, para manter um adolescente na escola em tempo integral, é importante que o espaço seja atrativo. Assim, é necessário que a política de educação entenda o que o jovem quer e atenda aos seus anseios. Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1149929>. Acesso em 6 de outubro de 2013.

³¹ O objetivo do *ProEMI* é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439. Acesso em 6 de outubro de 2013.

- ✓ Elaboração um Plano de Ação de Quatro anos com a equipe técnica da SETEC/MEC.

A Gestão Nacional do Programa está sob a responsabilidade da Diretoria de Integração da Rede de Educação Tecnológica (EPT), que está vinculada a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Logo, a adesão ao Programa, requer a elaboração de um Plano de Ação, com as metas a serem alcançadas dentro de um período estipulado, que no caso, o mínimo são 4 anos, sob a supervisão, acompanhamento e avaliação do Gestor Nacional.

- ✓ Análise e definição das prioridades contemplando: infraestrutura, acervo, material pedagógico e capacitações.

A análise das prioridades e necessidades para adequação do Colégio no alinhamento ao Programa são acompanhados pelos técnicos da SETEC.

- ✓ Assinatura do Convênio (FNDE) e ou parcerias com os diversos setores do MEC, responsáveis pelas assistências técnicas aprovadas.

O repasse dos recursos financeiros conveniados com as Unidades Federativas é realizado através do Fundo de Desenvolvimento da Educação.

- ✓ Definição de um calendário de execução das ações propostas para o Colégio.

A SEEDUC/RJ, através de sua equipe técnica, definirá um calendário da execução de ações e intervenções estruturais previstas para a Unidade.

- ✓ Orientação e apoio técnico a Equipe Escolar.

O MEC, A SETEC e a SEEDUC/RJ, deverão definir o apoio técnico, as capacitações e contratações de pessoal para a Unidade, assim como a elaboração das ações e execução das mesmas no Programa.

- ✓ Organização de seminários com os atores internos e externos, especialistas em políticas educacionais, representantes da Secretaria de Ciências e Tecnologia, gestores e técnicos da Secretaria de Estado de Educação.
Formação da equipe e alinhamento da nova Proposta Educacional.

- ✓ Capacitação da Equipe Gestora Escolar e do Corpo Docente.
A Equipe Escolar, composta de gestores, coordenadores pedagógicos e professores, devem estar capacitados para atuar com uma Proposta Pedagógica em que o planejamento pedagógico integrado e o protagonismo dos alunos através de atividades práticas passa a ser o ponto central do novo modelo.

- ✓ Elaboração e publicação de Normatizações, Regimento e Matriz Curricular.
Considerando as Normas Nacionais e a Legislação do *Programa Brasil Profissionalizado*.

O quadro a seguir tem por objetivo estabelecer a agenda de ações, entre os setores de decisão, definindo os responsáveis pelas ações, como e de que forma elas se darão. Ressaltamos que, o tempo de execução não será estipulado, por ser uma variante que deve ser mediada no decorrer das ações, com possibilidades de ser estender se assim se fizer necessário. O custo operacional com reuniões e organizações internas, não será computado pois os atores estão em serviço. As capacitações e custos operacionais e de infraestrutura deverão ser calculados com técnicos especializados diante da avaliação do MEC/SENTEC.

Quadro 4- Síntese da Proposta de Ação para a SEEDUC/RJ

Responsável pelo P. A.: Subsecretaria de Gestão de Ensino				
O que fazer?	Como fazer?	Quem fará?	Onde?	Custo – Investimento
Estabelecer Grupo de Trabalho	Convocação de representantes das áreas de gestão, e <i>Coordenação de Ensino Médio</i> da SEEDUC/RJ, Coordenação Pedagógica da Regional Metropolitana II e Diretor da Escola	Secretário de Estado de Educação	SEEDUC Órgão Central	Sem investimento
Apresentar a proposta de construção das atribuições	Reunião de trabalho com o grupo convocado.	Secretário de Estado de Educação	SEEDUC Órgão Central	Sem investimento
Coordenar a construção do Plano de Ação para o MEC/SENTEC Grupo de Trabalho	Reuniões semanais de trabalho	Coordenação de Ensino Médio Integrado SEEDUC/RJ	SEEDUC Órgão Central	Sem investimento
Apresentar Plano de Ação no MEC/SENTEC	Através do SIMEC	Coordenação de Ensino Médio	SEEDUC Órgão Central	Sem investimento
Ajustes do Plano após avaliação do MEC/SENTEC	Através do SIMEC	Coordenação de Ensino Médio	SEEDUC Órgão Central	Sem investimento
Assinatura do Convênio com O FNDE	MEC	Secretário de Estado e Poder Executivo	MEC	
Orientação e Apoio Técnico a Equipe Escolar	SEEDUC/MEC/SENTEC	Coordenação de Ensino Médio da SEEDUC/MEC	Colégio	
Capacitação da Equipe de Direção/Coordenação /Professores	Selecionando Instituições e celebrando Convênios	Subsecretaria de Ensino	Escola SEEDUC e Universidades	

Fonte: Elaborado pela autora.

Outros atores que fazem parte do processo são as Diretorias Regionais, responsáveis de gerir as demandas e promover o diálogo entre as unidades escolares do seu campo de atuação e o órgão central.

3.2.2 Gestão da Regional Metropolitana II

O Órgão de Administração Regional, composto pela Diretoria Pedagógica, Diretoria Administrativa, Gestão de Pessoas e Inspeção Escolar deve participar do processo de reformulação da proposta da Unidade, visto que, o Colégio sob sua jurisdição, a ele se reporta e dele tem o apoio técnico. Assim, as Diretorias devem mediar o processo de implantação entre a SEEDUC/RJ e a Unidade Escolar. A Diretoria Pedagógica deverá dar suporte à Unidade na elaboração das Ações Pedagógicas através do Coordenador de Avaliação e Acompanhamento. A Diretoria

Administrativa, através dos ajustes de infraestrutura e recursos, e a Gestão de Pessoas, devem providenciar o quantitativo de pessoal e de professores adequados para a nova organização do Colégio.

3.2.3 Gestão Escolar

E por fim a Gestão Escolar é o lócus da ação, espaço onde se efetiva as mudanças no seu cotidiano. Neste espaço, o gestor escolar definido por Lück (2009) como "líder, mentor, coordenador e orientador" é o principal responsável pela efetividade das ações como eixo de mudanças.

Compete, pois, à gestão escolar estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, sem as quais todos os esforços e gastos são despendidos sem muito resultado. (LÜCK, 2009 p.24)

Como ressaltado no capítulo anterior, a Equipe de Diretores da Unidade Escolar, exerce uma liderança positiva, e contribui para um clima organizacional satisfatório. Através de um trabalho colegiado, recuperou o status do Colégio como um espaço de compromisso com o fazer educacional estabelecendo uma relação de confiança com a comunidade.

Foi possível ainda detectar fragilidades na gestão pedagógica que necessitam ser revistas, tais como, a participação dos professores no planejamento pedagógico, comprometendo a interlocução das áreas de conhecimentos.

Propõe-se uma mudança de paradigmas da prática pedagógica, com aulas mais dinâmicas, tendo o aluno como protagonista do conhecimento. Além de um planejamento efetivo de aulas práticas e vivenciais das disciplinas do *Eixo das Ciências e suas Tecnologias* da grade curricular, já que a Escola tem uma excelente estrutura de laboratórios, que deve ser utilizada para uma melhor compreensão dos conceitos estudados. Nestas aulas poderão ser utilizadas as *Metodologias de Projetos*³², em que através de experimentos e investigação, os conceitos adquiridos passam a fazer sentido em sua aplicabilidade real, despertando no aluno além do interesse o reconhecimento e o propósito destes conhecimentos para a vida.

³² Ver exemplo em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met05.htm>. Acesso em 6 de outubro de 2013.

A experiência da feira multidisciplinar organizada pela Escola e o grande envolvimento dos alunos nas atividades propostas, evidencia que é possível desenvolver um trabalho pedagógico tendo o aluno como protagonista deste aprendizado, despertando nele o interesse pela descoberta. Além dos conhecimentos das várias disciplinas, as *Metodologias de Projetos* envolve a criatividade, o poder de organização, a elaboração de relatórios, a construção de hipóteses. Os alunos avaliam os professores como competentes e com bom domínio dos conteúdos ministrados. Portanto, a inclusão das aulas práticas e experimentais e o desenvolvimento de projetos irá fortalecer o aprendizado adquirindo capacidades e, à partir do conhecimento, inovar e empreender, transformando o saber em fazer, perfil que se espera dos jovens para atuar no mundo produtivo. A gestão, portanto, deve promover a capacitação dos professores para este novo enfoque e operacionalizar os horários de estudos teóricos e práticos.

O uso das *Novas Tecnologias* como recursos didáticos estratégicos na comunicação dos saberes aproximam a linguagem dos docentes à dos alunos. A pesquisa apontou que 93% dos alunos utilizam o computador e 85% tem acesso à internet. A nova geração possui uma apropriação natural do uso das tecnologias, se colocando a frente do professor. Esse domínio deve ser utilizado a favor dos conhecimentos a serem assimilados pelos alunos na proposta educacional, de forma que o uso das tecnologias educacionais torne as atividades mais interessantes e a comunicação mais eficaz.

3.2.3.1 Traçando novos caminhos para a prática docente

- ✓ Promover encontros com toda equipe docente para uma discussão reflexiva sobre a prática docente, as metodologias de ensino e traçar um novo planejamento.
- ✓ Promover uma capacitação da equipe para o trabalho através de projetos teórico-práticos e quanto à utilização das tecnologias e mídias educacionais.
- ✓ Elaborar estratégias de integração dos conteúdos no processo ensino-aprendizagem, articulando o geral e o específico, conceitos teóricos com a prática. Reavaliando, portanto, o encaminhamento que tem sido

dado às reuniões pedagógicas, de forma que os professores passem a ser sujeitos atuantes dos métodos e ações que deverão ser executadas avaliando e validando a prática através dos resultados.

- ✓ Implantar com os professores estratégias de revisão de conteúdos previstos nos DCEM para Língua Portuguesa e Matemática, os quais os alunos demonstraram através de processos avaliativos internos e externos não terem domínio.
- ✓ Revisar da Proposta Político Pedagógica do Colégio Estadual Walter Orlandini, dentro dos preceitos que orienta um Projeto de Educação Integrada ao Ensino Técnico e Profissional, articulando uma proposta humanista com a formação no Eixo da Ciência e Tecnologia.
- ✓ Promover junto a comunidade ampla divulgação da nova proposta de educação da unidade escolar, através de seminários internos, com alunos, responsáveis e material impresso com divulgação na comunidade externa.
- ✓ Discutir a nova matriz curricular.
- ✓ Definir das alterações e elaboração do documento.
- ✓ Revitalizar os laboratórios e revisar na grade curricular, a inclusão de aulas prática nas disciplinas de biologia, química e física de forma que, o aluno, através da experimentação prática dos fenômenos, possa construir hipóteses e melhor assimilar conceitos já apresentados. A *Iniciação Científica* como eixo articulador, além de promover uma melhor compreensão dos fenômenos científicos, irá agregar à formação dos alunos, conceitos e competências importantes para o mundo do trabalho, assim como para outros cursos que possa vir a fazer no pós-médio. Competências estas como elaborar relatórios, a utilização de métodos e princípios e conceitos de segurança.
- ✓ Adquirir acervo bibliográfico que atendam as necessidades dos alunos na formação técnica.
Implantar um novo Laboratório de Informática, considerando o quantitativo de alunos da Unidade.
- ✓ Articular e firmar parcerias com as empresas para estágios e práticas vivenciais. As parcerias com as empresas são de fundamental importância e estão previstas na legislação, para qualificar o aluno.

Para tanto, verificar a possibilidade de programas de bolsas para execução dos estágios.

O quadro que se segue, sistematiza o desenho das ações apresentadas na esfera escolar, numa perspectiva sequencial, de prazos para a execução e os responsáveis pelas ações.

Quadro 5 - Síntese da Proposta de Ação para a Gestão Escolar

Responsável pelo P. A.: Equipe Gestora				
O que fazer?	Como fazer?	Quem fará?	Onde?	Custo – Investimento
Apropriação da Proposta de Reorganização Curricular da Unidade	Participando das Reuniões da SEEDUC/RJ	Diretor	SEEDUC/RJ	Sem investimento
Estabelecer Grupo de Trabalho	Convocação dos Colegiado, Coordenação Pedagógica	Diretor	Unidade Escolar	Sem investimento
Apresentar a proposta de construção das atribuições	Reunião de trabalho com o grupo convocado.	Diretor	Unidade Escolar	Sem investimento
Apresentar a Proposta para o corpo docente e realizar estudos sobre a Proposta	Reuniões	Diretor/Colegiado e Grupo de Trabalho	Unidade Escolar	Sem investimento
Elaborar Plano de Ação, Definir necessidades.	Reuniões	Grupo de Trabalho	Unidade Escolar	Sem investimento
Participar das capacitações e formações	Garantindo que toda a equipe seja encaminhada para participar dos programas de formação	Diretor	Escola SEEDUC e UNIVERSIDAD ES	Sem investimento
Comunicar a Comunidade Escolar, Alunos e Responsáveis da nova Proposta de Educação da Unidade	Reunião	Diretor /Colegiado e Grupo de Trabalho	Unidade Escolar	Sem investimento
Elaboração de novo Projeto Político Pedagógico	Reuniões com a comunidade	Diretor/Colegiado e Grupo de Trabalho	Colégio	Sem investimento
Elaboração de Horário de Planejamento	Reuniões	Coordenadores	Colégio	Sem investimento
Elaborar o quadro de horário de aulas	Reuniões	Coordenadores	Colégio	Sem investimento
Elaborar as diretrizes pedagógicas e metodologias de ensino	Reuniões	Diretor/Coordenadores	Colégio	Sem investimento
Elaborar da Planilha de aquisição	Reuniões	Diretor/Colegiado e Grupo de Trabalho	Colégio	Sem investimento
Acompanhar as ações pedagógicas e avaliação	Diariamente	Diretor/Coordenadores	Colégio	Sem investimento

Fonte: Elaborado pela autora

3.3 Considerações Finais

Partindo da premissa que a escola é uma instituição que prepara o homem para a compreensão dos fenômenos, dos saberes acumulados e que o instrumentaliza para que exerça o seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, ela deve acompanhar a evolução que se opera a nível social, tecnológico e produtivo.

Apresentamos, neste estudo, uma escola que vivenciou diferentes propostas pedagógicas, acompanhando o fluxo econômico e político, assim como acertos e equívocos, em sua organização e gestão.

Observamos no decorrer da nossa pesquisa, que o CEWO, de escola referência, tornou-se desacreditada, e logo teve suas vagas ociosas, o que nos remeteu a hipótese que as mudanças de proposta da escola teriam comprometido o referencial da instituição. Porém, verificamos que ela ofereceu um ensino de excelente qualidade tendo a frente da gestão a professora Lia Faria e que contou com grande investimento do poder público na época em financiamento de projetos e recursos humanos. Verificamos ainda que o descompromisso e falta de liderança foi o fator preponderante para a fase "*negra*" nas palavras da coordenadora pedagógica que levou a escola a uma total desestruturação.

Ao investigarmos o atual momento de valorização da escola pela comunidade, constatamos que a escola pesquisada, alcançou a reconquista do status em decorrência da forma que a atual equipe gestora conduz a organização e planejamento da unidade escolar. Ações estas já citadas anteriormente, mas de grande relevância pelos efeitos positivos constatados, tais como: a formação do colegiado e direcionamento de uma gestão coletiva convocando os sujeitos a dividirem responsabilidades. A liderança que juntamente com sua equipe, organiza e define as competências, planeja, direciona, estimula, avalia e reconduz, construiu um ambiente educacional de respeito, metas e compromisso em todos os segmentos da unidade.

Pelo estudo constatamos que a escola tem um grande potencial e uma boa estrutura física, que pode ser melhor utilizada em prol do aluno, com aulas experimentais e práticas, a fim de dar mais consistência aos conceitos trabalhados ali. Propõe-se a oferta curricular em tempo integral, na modalidade de Ensino Médio

Integrado ao Técnico Profissionalizante através do *Programa Brasil Profissionalizado* - PDE/MEC/SENTEC e também a promoção de uma capacitação interna, no que diz respeito ao exercício de seus funcionários, com finalidades e especificidades, métodos e estratégias aplicadas para o corpo docente conduzir suas aulas. Desta forma os alunos, vivenciando os experimentos dos fenômenos da física, química e biologia, estarão mais instrumentalizados nos preceitos da Ciência e suas tecnologias e aptos a concorrer a vagas nos IFETs, CVTs, Universidades ou assumir um posto no mercado de trabalho.

Destacamos que não houve a intenção de definir nesta proposta os cursos que o Colégio deve oferecer, mas sim as ações/decisões dos níveis dos atores/gestores. Isso porque entendemos que deve ser fruto da construção coletiva no processo decisório democrático, mediado pelo diálogo entre os atores da escola e as esferas que efetivamente realizam o processo, considerando a demanda, a oferta de cursos profissionalizante e os arranjos locais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Clovis. REIS, Jonas Tarcísio (orgs). **Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática**. 1 ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2013. Disponível em: http://issuu.com/ed_moderna/docs/reestruturacao_completo_final. Acesso em 27 de setembro de 2013.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1999. p. 35 - 519.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996

BRASIL/CNE/CEB. **Resolução CEB no 03 de 26/06/98**. Institui as DCN para o Ensino Médio.

BROOK, Nigel. **Cadernos de Reformas Educacionais**, UFJF, 2011.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. **A reforma do Ensino: competências para o “novo” mundo do trabalho**, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-3976--Int.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

CARVALHO, Marlene A. de O. **Estudo de casos de alunos de classes alfabetização que apresentam dificuldades de aprendizagem de leitura e de adaptação à vida escolar**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

CEPAL/UNESCO. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade**. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho com lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.) Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CRUZ, Gisele Barreto da. **A prática docente no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares**. Educ. rev. nº. 29 Curitiba 2007 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602007000100013>. em 15 de outubro de 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão Democrática da Educação em tempos de contradição**. Disponível em: http://www.ppgp.caedufjf.net/moodledata/53/gestao/ges_002.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão Democrática da Educação: Exigências e Desafios.** RBPAE v.18, n.2, jul/dez. 2002. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs/rpae/qricle/view/File/5486>.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão básica no Brasil: limites e perspectivas.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

FERRETTI, Celso João. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil nos anos 90.** Educação e Sociedade. Campinas, v. 05, n. 59, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 18 outubro de 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.) **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Educação Brasileira,** 1995.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais.** In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In Silva, Tomaz. T. da e Gentili, Pablo (orgs.). Escola S. A. Brasília: CNTE, 1996.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

KUENZER, Acácia (org.). **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acácia (org.). **Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acácia (org.). **Trabalho e educação.** São Paulo: Papyrus, 1992

LOPES, Alice Cassimiro. **Quem defende os PCN para o Ensino Médio?** In: LOPES Alice; MACEDO, Elizabeth (orgs.). Políticas de currículo em contextos disciplinares. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa (org). **Gestão Escolar e Formação de Gestores.** Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000295.pdf>. Acesso em 6 de outubro de 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2001.

MEC, Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000.

MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, 312p.

MOURA, Dante H. **Educação Básica e Educação Profissional: Dualidade Histórica e Perspectiva de Integração**, GT: Trabalho e Educação/nº9. 2006

NUNES, Clarice. **Diretrizes Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-104.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado**. In: FERREIRA, Naura Syria C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 91-112.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado**. In: FERREIRA, Naura Syria C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 91-112.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

ROCHA JUNIOR, Deusdedith Alves. **O território do cotidiano**. Publicação revista nethistoria.com em outubro/2004 disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/pade/article/viewFile/130/119> Acesso em 18 de outubro de 2013.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: Trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA FILHO, Horácio. **O empresariado e a educação**. In: FERRETI, Celso et al (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xâma, 2002.

SIMÕES, Carlos Artexes. **Juventude e educação técnica: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio.** Macedo/CEFET-RJ / 2007

SOUZA, Jane Aparecida Gonçalves de. **Políticas Públicas Educacionais no Rio de Janeiro (1980- 2006): a busca pela qualidade no ensino.** Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/190.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2013.

KUENZER, Acácia. Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997.

VIANA, Juliana Nazaré Luquez. **Re (organização) do espaço urbano gonçalense: as centralidades de uma ex-cidade dormitório.** Artigo Uff, 2010. Disponível em <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos>. Acesso em 27 de setembro de 2013.

WERNECK VIANNA, Maria Lucia Teixeira. **A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Revan, 1998.

WINCKLER E SANTAGADA. **A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo?** Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2631/3062>. Acesso em 15 de outubro de 2013

YIN, Robert. **Case Study Research: Design and Methods**, 1994. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO ALUNO

COMO VOCÊ ESTÁ TERMINANDO O ENSINO MÉDIO, ESTE FORMULÁRIO É PARA VOCÊ NOS INFORMAR COMO VOCÊ AVALIA O CURSO E QUAIS OS SEUS EXPECTATIVAS FUTURAS.

SEXO	Masculino	1
	Feminino	2

IDADE

MORA COM OS PAIS:	sim	1
	não	2

não	2
-----	---

ESCOLARIDADE DE SEUS PAIS		PAI	MÃE
	fundamental	1	1
	médio	2	2
	técnico	3	3
	superior	4	4

PROFISSÃO DO PAI	
PROFISSÃO DA MÃE	

EM SUA CASA TEM	SIM	NÃO
TV por assinatura	1	2
computador	1	2
conexão de internet	1	2

**VOCÊ FAZ OU JÁ FEZ ALGUM CURSO
ALÉM DO COLÉGIO?**

SIM	1
-----	---

NÃO	2
-----	---

SE SIM – QUAIS CURSOS VOCÊ FAZ OU JÁ FEZ – escreva todos

VOCÊ ...	Atualmente está trabalhando	1
	Já trabalhou, mas atualmente está sem trabalho	2
	Nunca trabalhou	3
EM QUE JÁ TRABALHOU OU TRABALHA		

**SE NUNCA TRABALHOU – EM QUE PRETENDE
TRABALHAR**

**COMPARANDO O SEU COLÉGIO COM OS DEMAIS COLÉGIOS DA REDE
PÚBLICA, VOCÊ DIRA QUE ESTÁ**

muito satisfeito	1
satisfeito	2
nem satisfeito nem insatisfeito	3
insatisfeito	4
muito insatisfeito	5

POR FAVOR, DE NOTAS DE 0 A 10 PARA CADA UM DOS ITENS ABAIXO

	NOTAS
a forma como os professores explicam a matéria	
a facilidade de você aprender o que é dado em aula	
os equipamentos de informática e de áudio visual usados nas aulas	
o conhecimento dos professores da matéria das aula	
a organização do Colégio	
a facilidade de resolver algum problema na secretaria do Colégio	
o acesso e atenção aos dirigentes do Colégio	
o ambiente do Colégio	

ACABANDO O CURSO DE ENSINO MÉDIO, O QUE PRETENDE FAZER ANO QUE VEM?

Parar de estudar.	1
Entrar na faculdade e continuar só estudando.	2
Entrar na faculdade e, também procurar um emprego.	3
Fazer um curso técnico.	4

SE PRETENDE ENTRAR NA FACULDADE – PRETENDE FAZER QUE CURSO?	SE PRETENDE FAZER UM CURSO TÉCNICO – QUE CURSO?
--	--

COMO VOCE ESTÁ TERMINANDO O ENSINO MÉDIO, GOSTARIA QUE VOCE FALASSE COMO SE SENTE EM RELAÇÃO AO FUTURO. PARA CADA FRASE ABAIXO, MARQUE SE CONCORDA TOTALMENTE, CONCORDA EM PARTE, NEM CONCORDA NEM DISCORDA, DISCORDA EM PARTE OU DISCORDA TOTALMENTE.

	CONCORDA		NEM CONCO RDO NEM DISCOR DO	DISCORDO	
	TOTA L- MENT E	EM PART E		EM PART E	TOR AL- MEN TE
Me sinto capaz para me candidatar a um emprego.	1	2	3	4	5
Acho que estou preparado para obter uma boa nota no ENEM	1	2	3	4	5
O nível daqui de ensino deste Colégio me dá chances reais de entrar em uma faculdade pública.	1	2	3	4	5
Para conseguir um emprego vou precisar fazer algum curso técnico.	1	2	3	4	5
Estudar aqui, neste Colégio, é importante para ter boas oportunidades de emprego.	1	2	3	4	5
O Colégio contribuiu ampliar a minha visão de futuro	1	2	3	4	5

QUESTIONÁRIO PROFESSOR

TEMPO DE MAGISTÉRIO	
menos de 3 anos	1
mais de 3 e menos de 5 anos	2
mais de 5 e menos de 10 anos	3
mais de 10 e menos de 15 anos	4
mais de 15 e menos de 20 anos	5
mais de 20 anos	6

TEMPO QUE TRABALHA AQUI NESTE COLÉGIO	
menos de 3 anos	1
mais de 3 e menos de 5 anos	2
mais de 5 e menos de 10 anos	3
mais de 10 e menos de 15 anos	4
mais de 15 e menos de 20 anos	5
mais de 20 anos	6

TRABALHA EXCLUSIVAMENTE AQUI	1
TAMBEM TRABALHA EM OUTROS LOCAIS	2

SE TRABALHA EM OUTROS LOCAIS – marque quantas achar necessário

trabalha em colégio da rede federal	1		trabalha em uma faculdade/ universidade	5
trabalha em outros colégio da rede estadual	2		em outro lugar, mas não é no magistério	6
trabalha em colégio da rede municipal	3			
trabalha em colégio particular	4			

CONSIDERANDO TODOS OS COLÉGIOS QUE TRABALHA – QUANTAS HORAS/AULAS SEMANAIS VOCE MINISTRA?

GRAU DE ESCOLARIDADE		
	Graduação	1
	Pós Graduação	2
	Mestrado	3
	Doutorado	4

DE UMA MANEIRA GERAL, COMO VOCÊ AVALIA O ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL. QUAL O SEU NÍVEL DE CONCORDANCIA PARA CADA UMA DAS AFIRMAÇÕES ABAIXO.

	CONCORDA		NEM CONCORDO NEM DISCORDO	DISCORDO	
	TOTAL- MENTE	EM PARTE		EM PARTE	TOTAL- MENTE
Capacita o aluno a se candidatar a um emprego.	1	2	3	4	5
Capacita o aluno a obter uma boa nota no ENEM	1	2	3	4	5
Dá chances reais de entrar em uma faculdade publica.	1	2	3	4	5
Para o aluno conseguir um emprego precisa fazer algum curso técnico.	1	2	3	4	5
Os alunos estão sempre interessados nas matérias dadas em sala aula.	1	2	3	4	5

GOSTARIA QUE COLOCASSE EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA AS VÁRIAS ATRIBUIÇÕES DE UM PROFESSOR. COLOQUE O NUMERO 1 NA QUE VOCE CONSIDERA A MAIS IMPORTANTE, O 2 NO QUE CONSIDERA A SEGUNDA MAIS IMPORTANTE E ASSIM SUCESSIVAMENTE.

	ORDEM
Preparar o aluno para ingressar na faculdade	
Preparar o aluno para o mercado de trabalho	
Formar um cidadão	
Ensinar da melhor forma possível a sua disciplina	

PENSANDO EXCLUSIVAMENTE NESTE COLÉGIO, QUE NOTAS DE 0 A 10 VOCÊ DÁ PARA CADA UM DOS ITENS ABAIXO:

A gestão da escola	
Entrosamento com os demais professores	
Entrosamento com os gestores do Colégio	
A produtividade das reuniões pedagógicas	
A disponibilidade de usar os recursos audiovisuais para dar aula	
A disponibilidade de usar os laboratórios da escola	
O apoio da direção do Colégio para as aulas extras classes	
Suporte para orientar/ operar equipamentos	

VOCÊ PARTICIPA DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS REGULARES PARA PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DOS CONTEÚDOS COM OUTRAS DISCIPLINAS?

SIM	1
NÃO	2

EM SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS ASPECTOS POSITIVOS DESTAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS? E OS ASPECTOS NEGATIVOS?

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS

**GOSTARIA DE CONHECER QUAL O SEU NÍVEL DE CONCORDANCIA COM
RELAÇÃO ÀS FRASES ABAIXO:**

	CONCORDA		NEM CONCORDO NEM DISCORDO	DISCORDO	
	TOTAL- MENTE	EM PARTE		EM PARTE	TOTAL- MENTE
Ensino médio integrado a educação profissionalizante atenderia melhor a necessidade dos alunos.	1	2	3	4	5
As escolas da Rede Estadual não têm recursos materiais para oferecer educação profissionalizante que capacite o aluno para o mercado de trabalho.	1	2	3	4	5
As escolas da rede estadual não têm profissionais para oferecer educação profissionalizante que capacite o aluno para o mercado de trabalho.	1	2	3	4	5
Para o aluno da Rede Estadual prepara-lo para o mercado de trabalho é tão importante quanto prepara-lo para ingressar no curso superior.	1	2	3	4	5
Não é papel do Colégio da Rede Estadual preparar o aluno com um curso de ensino médio integrado a educação profissionalizante	1	2	3	4	5
Não acredito no curso de ensino médio integrado a educação profissionalizante, as tentativas anteriores foram frustradas	1	2	3	4	5

AS DIRETRIZES E PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN) PARA O ENSINO MÉDIO ESTÃO DE ACORDO COM A REALIDADE DE SEU ALUNO?

SIM	1
NÃO	2

PORQUE VOCÊ PENSA DESTA FORMA?

ROTEIRO ENTREVISTA COM A DIREÇÃO EQUIPE DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

I - Um cenário geral da educação da rede estadual de ensino:

- é percebida a evolução no nível de aprendizado do aluno
- os professores estão aptos e conseguem exercer sua função de acordo com as atuais diretrizes da política educacional do Estado
- os colégios estão capacitados – com recursos materiais e humano - para seguir as atuais diretrizes da política educacional do Estado
- pensando na atual política educacional do Estado você vê pontos positivos e pontos negativos? você tem exemplos de ações de sucesso que podem ser estendidas a outras escolas
- a gestão do Colégio X as demandas da Secretaria de Educação – como conciliar
- como percebe a sua autonomia na gestão de sua colégio

II – O colégio faz reuniões pedagógicas regulares com os professores

- os professores se sentem estimulados em participar destas reuniões, que tipo de resistência tem o professor quanto à estas reuniões
- estas reuniões tem como resultado um melhor aproveitamento do aluno,
- que sugestões você faria para que estas reuniões fosse ainda mais proveitosas

III – O aluno do ensino médio de seu Colégio

- o aluno termina o curso apto para entrar em uma faculdade publica? e privada?
- o aluno termina o curso apto para entrar no mercado de trabalho?

IV - Ensino médio integrado a educação profissionalizante

- é papel da Colégio da Rede Estadual ter a função de oferecer cursos profissionalizantes
- pontos positivos e negativos
- oferecer cursos profissionalizantes melhoraria o desempenho dos alunos, tornaria a Rede Estadual mais relevante para a sociedade
- facilidades e dificuldades em adequar a sua escola para este sistema
- modelos conhecidos que merecem destaque – por sucesso ou insucesso
- considerando a atual clientela de sua escola, cursos profissionalizantes que poderiam ser oferecidos

V - Conhecimento do programa federais “Brasil Profissionalizado” integrado ao ensino médio?

- pontos fortes e fracos
- vantagens e desvantagens destes programas para o aluno
- possibilidade de atender as necessidades de sua clientela
- exemplos bem sucedidos e mal sucedidos

VI – Programa profissionalizante federal *versu* o estadual - comparação